

Márcia Galdino de Araújo Serour

**META-AVALIAÇÃO DA AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL
EXTERNA DA UNIVERSIDADE DO GRANDE RIO
PROF. JOSÉ DE SOUZA HERDY - UNIGRANRIO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação da Fundação Cesgranrio, como requisito para a obtenção do título de Mestre em Avaliação.

Orientadora: Profa. Dra. Angela Carrancho da Silva

Rio de Janeiro
2010

S486 Serour, Márcia Galdino de Araújo.
Meta-avaliação da avaliação institucional externa da
Universidade do Grande Rio Prof. José de Souza Herdy –
UNIGRANRIO / Márcia Galdino de Araújo Serour. - 2010.
71 f. ; 30 cm.

Orientadora: Profa. Dra. Angela Carrancho da Silva.
Dissertação (Mestrado Profissional em Avaliação) –
Fundação Cesgranrio, 2010.
Bibliografia : f. 63-64.

1. Universidades e faculdades – Avaliação – Duque de
Caxias (RJ). 2. Universidade do Grande Rio Prof. José de
Souza Herdy. I. Silva, Angela Carrancho. II. Título.

CDD 378.8153

Ficha catalográfica elaborada por Vera Maria da Costa Califfa (CRB7-2051)

Autorizo apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta dissertação.

Assinatura

Data

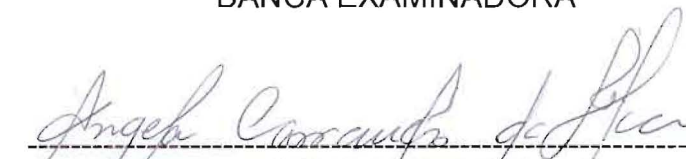
MÁRCIA GALDINO DE ARAÚJO SEROUR

META-AVALIAÇÃO DA AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL EXTERNA
DA UNIVERSIDADE DO GRANDE RIO PROF. JOSÉ DE SOUZA
HERDY - UNIGRANRIO


Dissertação apresentada ao Programa de
Pós-Graduação da Fundação Cesgranrio,
como requisito para a obtenção do título
de Mestre em Avaliação

Aprovada em 26 de abril de 2010


BANCA EXAMINADORA



Prof^a. Dr^a. ANGELA CARRANCHO DA SILVA
Fundação Cesgranrio



Prof^a. Dr^a. THEREZA PENNA FIRME
Fundação Cesgranrio



Prof^a. Dr^a. ELIZABETH RAMALHO SOARES BASTOS
Fundação CÉCIERJ/Consórcio CEDERJ

Dedico esta dissertação à minha família, em especial ao meu esposo *Rafael* e meus pais *Ignacio e Helena*, meus verdadeiros mestres, que sempre acreditaram nesta conquista profissional.

AGRADECIMENTOS

À Professora Doutora Angela Carrancho da Silva, pela orientação, sempre acompanhada de paciência e excelentes sugestões.

Às Professoras Doutoras Elizabeth Ramalho Soares Bastos e Thereza Penna Firme, pela participação na banca examinadora e sugestões oportunas para o aprimoramento da análise realizada.

À Professora Helena Drummond, pela revisão ortográfica e contribuições referentes ao tema estudado, em todas as fases desta dissertação.

Ao Corpo Docente do Programa de Mestrado da Fundação Cesgranrio, pelos conhecimentos acadêmicos adquiridos, e aos seus funcionários pelo gentil atendimento durante o curso.

Ao Prof. Arody Cordeiro Herdy, Reitor da Unigranrio, pela confiança depositada no meu trabalho de dissertação.

Aos amigos que, direta ou indiretamente, incentivaram, colaboraram e me apoiaram durante o curso, em especial Herbert Martins e Mary Neuza.

A Deus, pela oportunidade de mais uma conquista.

RESUMO

Este estudo consiste na meta-avaliação do processo de Avaliação Institucional Externa (AIE) desenvolvido pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), do Ministério da Educação (MEC), junto a Instituições de Ensino Superior. A meta-avaliação desenvolveu-se em uma universidade privada do Estado do Rio de Janeiro em 2009. Avaliou-se o processo, identificaram-se conceitos, métodos, instrumentos, etapas, prazos e resultados da unidade objeto do estudo. Baseado nos fundamentos de avaliação institucional e pelas percepções dos sujeitos avaliados, coletados por análise documental, buscou-se os pontos de convergência e divergência entre os fundamentos e o Relatório de AIE apresentado pelo INEP a IES, com foco nos critérios de avaliação, segundo Sanders (1995), eficaz, eficiente, efetivo e relevante, e segundo Joint Committee (1994), utilidade, viabilidade, ética e precisão, verificando-se a validade e confiabilidade dos procedimentos e resultados apresentados no relatório final. O relatório da comissão de avaliadores especialistas baseou-se no instrumento de AIE elaborado pelo INEP que consta de 10 dimensões. Os indicadores das dimensões foram conceituados de 1 a 5 em ordem crescente de excelência, sendo 1 “muito aquém” de um referencial mínimo de qualidade e 5, “muito além”, ressaltando ser 3 o referencial mínimo, correspondente a um perfil satisfatório, conforme estabelecido pelo INEP. Urge retro alimentar o processo avaliativo de meta-avaliação, considerando que o relatório final apresentado não gerou detalhamento esperado, ou seja já não atendeu a eficácia almejada. Apesar do resultado final satisfatório, apontaram-se pontos fortes e fragilidades do processo avaliativo.

Palavras-chave: Avaliação. Meta-avaliação. Ensino superior.

ABSTRACT

This study is the meta-evaluation of the Foreign Institutional Assessment (EIA) developed by the Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), of Ministério da Educação (MEC), from the Higher Education Institutions. The meta-evaluation was developed in a private university in the State of Rio de Janeiro in 2009. We evaluated the process, we identified the concepts, methods, tools, milestones, deadlines and results of the unit object of study. Based on the fundamentals of institutional assessment and the perceptions of subjects assessed, collected by document analysis, we sought the points of convergence and divergence between the fundamentals and the EIA report submitted by the INEP the IES, with focus on the evaluation criteria, according Sanders (1995), effective, efficient, effective and relevant, and second Joint Committee (1994), utility, feasibility, ethics and accuracy, verifying the validity and reliability of the procedures and results presented in the final report. The committee's report was based on expert reviewers in the instrument of EIA prepared by the INEP, which consists of 10 dimensions. The indicators of the dimensions were classified from 1 to 5 in ascending order of excellence, being a "far short" of a minimum benchmark for quality and 5 "very well", stressing the minimum reference be 3, corresponding to a satisfactory profile, as established by the INEP. Urge feed back the evaluation process of meta-evaluation, whereas the final report has not generated detailing expected, dare no longer met the desired effectiveness. Despite the satisfactory end result, the indicated strengths and weaknesses of the evaluation process.

Keywords: Assessment. Meta-evaluation. Higher Education.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1	PAIUB por região.....	12
Quadro 1	PAIUB e ENC: um olhar comparativo.....	13
Quadro 2	Sinaes.....	23
Figura 2	Conceito de meta-avaliação.....	25
Figura 3	Dimensões, atributos e critérios de avaliação da qualidade de processos de avaliação.....	27
Quadro 3	Crítérios, conceitos e questões avaliativas.....	28
Figura 4	Características estruturais de um processo de avaliação institucional externa.....	28
Quadro 4	Atribuição de conceitos.....	30
Figura 5	Dimensão 1.....	32
Figura 6	Dimensão 2.....	36
Figura 7	Dimensão 3.....	39
Figura 8	Dimensão 4.....	42
Figura 9	Dimensão 5.....	44
Figura 10	Dimensão 6.....	47
Figura 11	Dimensão 7.....	49
Figura 12	Dimensão 8.....	52
Figura 13	Dimensão 9.....	53
Figura 14	Dimensão 10.....	56
Quadro 5	Requisitos Legais.....	58

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	10
1.1	DO PAIUB AO EXAME NACIONAL DE CURSOS.....	12
1.2	DO ENC AO SISTEMA NACIONAL DE AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR.....	14
1.3	OBJETIVO, JUSTIFICATIVA E QUESTÕES AVALIATIVAS.....	16
2	O CENÁRIO	18
3	METODOLOGIA	23
3.1	CARACTERIZAÇÃO DO ESTUDO.....	23
3.2	ETAPAS DO ESTUDO.....	24
3.3	LIMITAÇÕES DO ESTUDO.....	24
4	CONCEITO DE META-AVALIAÇÃO	25
5	RELATÓRIO DA AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL EXTERNA DA UNIVERSIDADE DO GRANDE RIO PROF. JOSE DE SOUZA HERDY - UNIGRANRIO	30
5.1	DIMENSÃO 1.....	31
5.2	DIMENSÃO 2.....	35
5.3	DIMENSÃO 3.....	38
5.4	DIMENSÃO 4.....	42
5.5	DIMENSÃO 5.....	43
5.6	DIMENSÃO 6.....	46
5.7	DIMENSÃO 7.....	48
5.8	DIMENSÃO 8.....	51
5.9	DIMENSÃO 9.....	53
5.10	DIMENSÃO 10.....	55
5.11	REQUISITOS LEGAIS.....	57
6	CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES	59
6.1	CONCLUSÕES.....	59
6.2	RECOMENDAÇÕES.....	62
	REFERÊNCIAS	63
	ANEXOS	65

1 INTRODUÇÃO

De acordo com Scriven, (1991, p. 19), “os conceitos mais recentes de avaliação educacional determinam como seu principal objetivo o ajuizamento da qualidade de um objeto educacional tendo por foco o seu valor e mérito”, sendo valor, a extensão em que o objeto satisfaz às necessidades dos *stakeholders*¹; e mérito, à medida que ele atende a critérios e padrões estabelecidos pelos *stakeholders* para ser considerado um objeto educacional de qualidade. Considera-se, então, que valor e mérito são condições necessárias para um objeto educacional exibir qualidade em educação, sendo efetividade e relevância condições necessárias para ele ter valor, e eficiência e eficácia as condições necessárias para ele ter mérito. A avaliação do ensino superior desenvolvida em diferentes países percorre caminhos bastante semelhantes e pode convergir para o controle e a melhoria da qualidade.

A década de 1990 trouxe uma série de reformas que inseriram o país definitivamente na economia mundial. Esta inserção aconteceu alicerçada nas forças do mercado, calcada na liberalização, na flexibilização, na desregulação, na reestruturação produtiva. Duas décadas depois é possível verificar que a educação não ficou alijada do caráter extremamente conservador imposto pelo processo de liberalização da economia preconizado pela capital internacional. Prova contundente deste processo é revelada pelo grande número de privatizações acontecidas neste período. Neste sentido, Amaral (2003, p. 57) afirma que:

Na educação superior, em todo mundo, as políticas implantadas tiveram as seguintes consequências: enorme diferenciação das instituições e ampliação das instituições privadas, e a procura das instituições por outras fontes de financiamento, sendo que, nas públicas, ele passou a vincular-se a indicadores de eficiência. Além do mais o Estado teve a sua função na educação superior alterada, passando de agente direto de um processo integral a agente apenas regulador e controlador.

Com o objetivo de adequação às novas perspectivas econômicas trazidas pelas reformas da década de 90, a educação enfrentou uma série de reformulações, dentre as quais, o Programa Nacional de Avaliação Institucional das Universidades Brasileiras (Paiub). Esse programa foi criado em 1993 pelo Ministério da Educação e do Desporto (MEC), coordenado por sua Secretaria de Educação Superior (SESu),

visando a estimular e fomentar um processo de avaliação institucional nas universidades brasileiras. A princípio, o Paiub foi apoiado por entidades representativas como a Associação Brasileira de Reitores de Universidades Estaduais e Municipais (Abruem), Associação das Universidades Particulares (Anup), a Associação Brasileira de Escolas Superiores Católicas (Abesc), e a Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes), assim como por fóruns de pró-reitores das universidades.

O Paiub foi orientado pelos seguintes princípios: globalidade, comparabilidade, respeito à identidade institucional, não premiação ou punição, adesão voluntária, legitimidade, continuidade. Ainda de acordo com as diretrizes gerais do programa, deveriam ser levados em consideração:

[os diversos aspectos indissociáveis das múltiplas atividades-fim e das atividades-meio necessárias à sua realização, isto é, cada uma das dimensões-ensino, produção acadêmica, extensão e gestão em suas interações, interfaces e interdisciplinaridade] (BRASIL, 1994, p. 5-6).

Para atender aos princípios orientadores do Paiub, o Programa tinha os seguintes objetivos:

- 1) fomentar um processo criativo de avaliação da instituição, como forma de exercitar a vontade política de autoavaliar-se e submeter-se à avaliação externa, para garantir a qualidade acadêmica e de gestão universitária;
- 2) conhecer, numa atitude diagnóstica, como se realizam e se inter-relacionam na universidade as tarefas acadêmicas, em suas dimensões de ensino, pesquisa, extensão e administração;
- 3) restabelecer compromissos com a sociedade, explicitando as diretrizes de um projeto pedagógico e os fundamentos de um programa sistemático e participativo de avaliação, que permita o constante reordenamento, consolidação ou reformulação das ações da universidade;
- 4) repensar objetivos, modos de atuação e resultados na perspectiva de uma universidade mais consentânea com o momento histórico em que se insere;
- 5) estudar e propor mudanças ao cotidiano das tarefas acadêmicas do ensino, da pesquisa, da extensão e da administração, contribuindo para a formação de projetos socialmente legitimados e relevantes (BRASIL, 1994, p. 13).

Como pode ser verificada, por meio dos objetivos indicados pelo Paiub, a meta central estava voltada para o aperfeiçoamento contínuo da qualidade

acadêmica, a melhoria do planejamento e da gestão universitária e a prestação de contas à sociedade. O Paiub caracteriza-se como um processo contínuo e aberto, do qual todos os setores da universidade e as pessoas que os compõem deveriam participar ativamente em busca da melhoria da universidade como um todo.

Para atender a seus objetivos, o Paiub preconizava três fases centrais para o processo a ser desenvolvido em cada universidade: Avaliação Interna, Avaliação Externa e Reavaliação.

A Figura 1 apresenta o quadro de adesão ao Paiub por região do país, nos anos de 1994-1997.

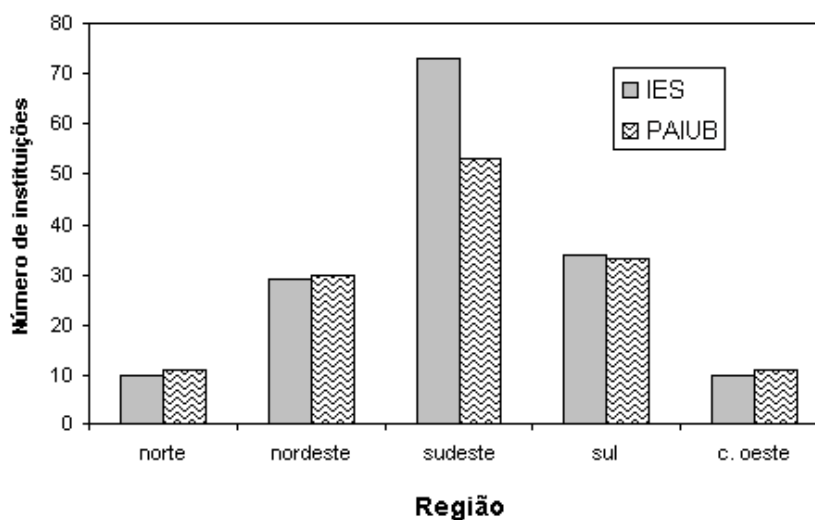


Figura 1: PAIUB por região.

Fonte: Ristoff (1997).

É possível verificar que a região sudeste possui um maior número de Instituições Superiores de Ensino (IES) e menor índice de adesão, sendo as IES particulares os maiores responsáveis por este baixo nível de adesão.

1.1 DO PAIUB AO EXAME NACIONAL DE CURSOS

Em 1995, foi iniciado pelo MEC outro processo avaliativo, com bases bastante distintas das preconizadas pelo Paiub. O Governo, por meio da Medida Provisória nº. 1.018 (BRASIL, 1995), implantou o Exame Nacional de Cursos (ENC), o chamado 'Provão'. Foi criada a Avaliação Institucional (AI), a Avaliação das Condições de Ensino (ACE) e o ENC, e este trio avaliativo tinha como finalidade gerar informações, formular e avaliar a política nacional de educação e zelar pela qualidade do ensino.

Diferentemente do Paiub, o ENC enfrentou forte reação da comunidade universitária. A imposição política assim como a falta de consulta prévia às universidades, à Comissão Nacional de Avaliação e seu Comitê Assessor e ao Conselho de Reitores contribuíram sobremaneira para o alto grau de rejeição enfrentado pelo ENC.

As principais críticas estavam diretamente ligadas à ideia de avaliação por uma única prova. Além disso, como afirma Santos Filho (1999), o exame, ao privilegiar apenas as diretrizes curriculares comuns, desconsiderava as características regionais, as condições peculiares de trabalho de cada instituição, a escolha autônoma e legítima das instituições por determinada abordagem, a missão e os objetivos educacionais de cada instituição, dentro da visão de relativa autonomia e de pluralidade de concepções necessárias ao meio acadêmico.

Com o ENC, ficou evidenciado que a então política de avaliação do ensino superior do MEC estava fundamentada na lógica da política de controle, coordenação e acompanhamento das Instituições de Ensino Superior do país pelas agências estatais reguladoras (MEC e CNE). As condições estabelecidas por lei, autorização, credenciamento e credenciamento, assim como a possibilidade de punição para as instituições particulares, levando a um contínuo de publicação dos resultados pelas IES pela mídia, a instância máxima do descredenciamento, reforçaram no setor o poderoso instrumento de coordenação, controle e monitoramento da educação superior no país.

O Quadro 1, a seguir, apresenta de forma esquemática um olhar comparativo entre o Paiub e o ENC.

	Paiub (...1994)	ENC (1995...)
Objetivo	- “[...] rever e aperfeiçoar o projeto acadêmico e sociopolítico da instituição, promovendo a permanente melhoria da qualidade e pertinência das atividades” (BRASIL, 1994, p. 13).	“[...] aferir os conhecimentos e competências adquiridos pelos alunos em fase de conclusão dos cursos de graduação” (GOMES, 2003).
Princípios básicos	- globalidade (isto é, todos os aspectos da vida de uma universidade devem ser, em princípio, avaliados) - não-comparabilidade (dos resultados ou <i>performance</i> das universidades ou IES) - respeito à identidade institucional - não-premiação ou punição (como	- indicadores de <i>performance</i> (dos cursos por instituição) - comparabilidade das IES baseada nos resultados das avaliações - <i>ranking</i> conceitual (divulgação das <i>performances</i> das IES) - condicionalidade (a existência,

(Continuação)

(Continuação)

	Paiub (...1994)	ENC (1995...)
Princípios básicos	consequência dos resultados de avaliação) - legitimidade política	manutenção e desenvolvimento de alguns aspectos da vida das IES dependem dos resultados da avaliação) - legitimidade técnica
Formas de adesão ou participação	- participação voluntária das IES	- participação compulsória dos estudantes (leva a participação compulsória das IES avaliadas)
Avaliação consiste de	- projeto de avaliação institucional (o qual poderá focalizar um ou mais departamentos, um ou mais cursos de graduação, questões curriculares, avaliação da <i>performance</i> dos docentes, perfil dos estudantes, qualidade do ensino, aspectos administrativos, etc.) - autoavaliação da IES - avaliação externa	- avaliação centralizada e coordenada por agência nacional (INEP) - abordagem sobre indicadores de resultados - <i>performance</i> dos estudantes por curso
Avaliação é	- orientada para a instituição - centrada nos processos	- orientada para o sistema (comparação) - centrada nos resultados
Coordenador	- instituição ou comissão interna à instituição (professores, chefes de departamentos, diretores, coordenadores de cursos, pró-reitores ou seus representantes estudantes, etc.)	- Governo federal (MEC/INEP/SESu)
	(ao Paiub, por representante do MEC)	(ao ENC, por professores, estudantes, reitores de universidades federais e particulares)
Críticas	- ausência de uma base mínima para realizar comparações - qualitativa - beneficia apenas a "oligarquia acadêmica" - corporativa e protecionista - sem utilidade para informar o processo de formulação e implementação de políticas educacionais	- punitiva - quantitativa - muito centrada nos resultados - não respeita ou leva em consideração as peculiaridades - institucionais - antidemocrática - intervencionista

Quadro 1: PAIUB e ENC: um olhar comparativo.
Fontes: Gomes (2003).

1.2 DO ENC AO SISTEMA NACIONAL DE AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR

Em 2004, pela Lei nº. 10.861 (BRASIL, 2004), é criado o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes). O referido sistema visa integrar os diversos instrumentos em uma concepção global; articula regulação e avaliação e propicia a coerência da concepção geral da avaliação com os objetivos e a política da educação superior. O Sinaes envolve todas as IES do país, independente de sua categoria (Faculdades, Centros Universitários, Universidades), valorizando a

integração do sistema federal com o estadual, e associando os aspectos gerais com o respeito à identidade e diversidade institucional. O Sinaes é constituído por meio de três olhares distintos: Avaliação Institucional (AI), subdividida em Autoavaliação (AA) e Avaliação Externa (AE), Avaliação dos Cursos de Graduação (ACG) e Exame Nacional de Avaliação de Desempenho dos Estudantes (ENADE). A realização destas avaliações acontece da seguinte forma: AA – de forma constante por uma Comissão Própria de Avaliação (CPA), formada por membros da IES; AE – com objetivo de avaliar as IES para o credenciamento ou credenciamento e constatar se as mesmas estão realizando a AA seguindo os padrões de referência instituídos pela Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior (CONAES); ACG – para regulação de reconhecimento e/ou renovação de reconhecimentos dos Cursos de Graduação; e o ENADE – que é realizado pelos estudantes ingressantes e concluintes dos cursos, com provas de conhecimentos gerais e específicos, nas quais se confere o desempenho dos mesmos.

O Sinaes estabeleceu o primeiro ciclo avaliativo no período de 2007-2009, quando todas as IES do Brasil seriam avaliadas por uma Comissão de Especialistas designados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), órgão responsável pelas avaliações junto ao Ministério da Educação (MEC).

O Sinaes cria um Formulário de Avaliação de Institucional, dividido em 10 dimensões, a saber: Missão e Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI); Políticas de Ensino, Pesquisa e Extensão; Responsabilidade Social da Instituição; Comunicação com a Sociedade; Políticas de Pessoal Docente e Técnico-Administrativo; Organização e Gestão da IES; Infraestrutura Física; Planejamento e Avaliação; Políticas de atendimento aos Discentes e Sustentabilidade Financeira.

Considerando que as IES estavam criando a cultura da avaliação interna, com a implantação do Sinaes, a Universidade, objeto deste estudo avaliativo, encontra-se em fase adiantada do trabalho, pois já tinha um Núcleo de Avaliação Institucional (NAI), que realizava um programa de avaliação interna integrado com os Coordenadores dos Cursos de Graduação.

A IES já havia passado por avaliações de regulação dos Cursos de Graduação (ACE), com vistas à coerência dos Projetos Pedagógicos com as Diretrizes Curriculares Nacionais. Com o Sinaes, a IES apenas se adapta ao novo modelo de avaliação, que faz uma interface com a regulação. A CPA, implantada em

atendimento à legislação do Sinaes, inicia o trabalho de autoavaliação envolvendo toda a comunidade acadêmica, desde o Reitor até os funcionários técnico-administrativos. Os resultados obtidos são confrontados com a missão e o PDI da IES, com vistas à verificação da realização efetiva do trabalho acadêmico proposto.

Atendendo à legislação do Sinaes, a IES solicita ao MEC a Avaliação Institucional Externa, que é realizada por uma Comissão de Especialistas *ad hoc* do Inep, numa visita *in loco*, utilizando o formulário de avaliação. Após esta fase é gerado um relatório com conceito.

Este estudo avaliativo realizou uma meta-avaliação no citado relatório, através de um modelo que contemplou o conceito de qualidade educacional fundamentada nos critérios de eficácia, eficiência, efetividade e relevância, não rejeitando a sua identidade, ou seja, sua missão, visão educacional e o PDI.

1.3 OBJETIVO, JUSTIFICATIVA E QUESTÕES AVALIATIVAS

O objetivo desta avaliação foi desenvolver um processo meta-avaliativo da Avaliação Institucional Externa da Universidade do Grande Rio Prof. José de Souza Herdy (UNIGRANRIO), elaborado pelo MEC/INEP, através de critérios e padrões, assim como as categorias de eficácia, eficiência, efetividade e relevância, verificando-se a validade e confiabilidade dos procedimentos e resultados apresentados no relatório final.

Os estudos meta-avaliativos têm se constituído em um caminho bastante promissor no sentido da construção da crítica e da reflexão dos processos avaliativos. É por meio destes estudos que se poderá atender às necessidades de informação dos interessados, de forma realística, prudente, diplomática, legal e ética, revelando técnica e adequadamente os procedimentos através dos quais foram elaborados os julgamentos de mérito e de relevância das avaliações.

A meta-avaliação é um processo ainda embrionário nas instituições brasileiras, sejam elas oriundas do setor privado ou público e, portanto, seus resultados se traduzem como um dos maiores desafios no campo da avaliação deste século. Apesar da criação do Sinaes em 2004 e de mais uma série de políticas públicas voltadas para avaliação no país, é possível perceber que, embora a avaliação tenha se tornando constante no país, seus resultados nem sempre são questionados.

No campo da avaliação da Educação Superior há uma representação social que os resultados apresentados estão acima de qualquer suspeita, que representam verdades absolutas, contrariando os pressupostos teóricos da avaliação.

Neste sentido, a meta-avaliação alimenta o ciclo avaliativo ao levar em conta os acertos e/ou equívocos do processo anterior, na perspectiva do aperfeiçoamento das múltiplas metodologias de avaliação.

Por todas as razões já explicitadas, e com a necessidade urgente de retroalimentar o processo avaliativo de meta-avaliação, levando-se em conta principalmente as categorias de eficácia, eficiência, efetividade e relevância, foram formuladas as seguintes questões norteadoras para este estudo.

- 1) Até que ponto o Relatório de Avaliação Institucional Externa apresentou para a IES um quadro de eficácia, gerando informações de confiabilidade?
- 2) Até que ponto o Relatório de Avaliação Institucional Externa apresentado à IES exibiu aspectos relativos à eficiência, otimizando a relação custo-benefício?
- 3) Até que ponto o Relatório, em foco, atendeu aos indicadores da categoria efetividade, oportunizando a utilização de suas informações na reorganização de objetivos, conforme previsto em lei?
- 4) Até que ponto a Avaliação Institucional Externa pode ser considerada relevante?

2 O CENÁRIO

A UNIGRANRIO está localizada em Duque de Caxias, no estado do Rio de Janeiro, em particular, onde se situa o Campus I. Atualmente, conta com mais cinco campi: o Campus II, na Zona Central da principal cidade da região metropolitana, a capital do Estado, área original da atuação da Unigranrio na cidade do Rio de Janeiro; o Campus III no distrito de Imbaú, na cidade de Silva Jardim, no Vale do Rio São João, Região Central do Estado do Rio de Janeiro; o Campus IV, no município de Magé; o Campus V no município de São João de Meriti; e Campus VI, em Macaé. Todos os campi dispõem de unidades externas que a estes se agregam: Santa Cruz da Serra; Colégio Casimiro de Abreu (COCA); Barra da Tijuca e Carioca, RJ.

A história da UNIGRANRIO começou em 1970, ano em que foi criada por educadores a Associação Fluminense de Educação (AFE), sob a inspiração e liderança do Prof. José de Souza Herdy, entidade mantenedora inicialmente do Instituto Superior de Estudos Sociais (ISES), da Faculdade de Educação, Ciências e Letras Grande Rio (Grande Rio) e da Faculdade de Ciências da Saúde Grande Rio (FACISA), posteriormente unificados em Faculdades Unidas Grande Rio (Unigranrio). Em 1972, foram implantados os primeiros cursos superiores – Ciências Contábeis e Administração. Os cursos de Pedagogia e Letras começaram a funcionar no ano seguinte, sendo criado, em 1974, o Centro Educacional de Duque de Caxias (CEDUC) para atuar como Colégio de Aplicação.

A década de 1980 registrou a criação dos primeiros cursos da área de Saúde - Odontologia (1980), Enfermagem (1981) e Farmácia (1985), seguidos dos cursos de Ciências Biológicas, Matemática e Química. Quando o professor José de Souza Herdy faleceu, em 1989, o projeto de reconhecimento da UNIGRANRIO como universidade já estava delineado, tendo este deixado consolidados os seus ideais como educador e montada toda uma estrutura que possibilitou a continuidade da obra educacional. Assumiu a direção geral da instituição o seu filho, Arody Cordeiro Herdy, que coordenou todo o processo de reconhecimento das Faculdades Unidas Grande Rio como Universidade. O ato de reconhecimento se deu pela Portaria Ministerial N.º 940, assinada pelo Ministro Murílio de Avellar Hingel, publicada no Diário Oficial da União de 17 de junho de 1994. No dia 26 de junho de 1994, no mesmo local e na coincidente data em que se verificou a aula inaugural da primeira unidade de ensino superior da AFE, foi oficialmente instalada a Universidade do

Grande Rio - “Prof. José de Souza Herdy”, empossados os seus colegiados superiores e dada posse ao seu primeiro Reitor, Prof. Arody Cordeiro Herdy.

No mesmo ano de seu credenciamento, a Universidade criou os cursos de Ciências da Computação – posteriormente denominado Sistemas de Informação –, Direito, Informática e Secretariado Executivo. Em 1995, veio integrar este elenco o curso de Medicina Veterinária e a habilitação Português-Espanhol do curso de Letras. Os anos 90 registraram a criação dos cursos de Medicina e Fisioterapia (1997), que ampliaram a já expressiva atuação da instituição na área da saúde. No primeiro semestre de 2000, a Unigranrio lançou o curso de Educação Física e, em 2003, o portfólio de cursos foi ampliado com o lançamento do Curso Superior de Tecnologia em Exploração de Petróleo, o Curso de Serviço Social e a Licenciatura em Informática.

Em 2004, a Unigranrio inaugurou o curso de Nutrição, complementando a área de saúde e os cursos de Licenciatura em Artes Visuais e em História, estes para enriquecer as opções de formação de professores para a educação básica. Lança também os Cursos Superiores de Tecnologia em Gestão de Recursos Humanos e Superior de Tecnologia em Marketing.

Em 2005 lançou os Cursos Superiores de Tecnologia em Radiologia e em Gestão Ambiental. Em 2006 foram criados os cursos de Comunicação Social, Engenharia de Produção, Engenharia de Petróleo e Gás e os Cursos Superiores de Tecnologia em Estética e Cosmética e em Logística.

A Unigranrio, atualmente, possui 33 cursos de graduação (bacharelados e licenciaturas) e superiores de tecnologia, aproximadamente 21 mil alunos e 652 docentes. Seus cursos estão distribuídos em quatro Escolas, a saber: Escola de Ciências da Saúde com os cursos de Ciências Biológicas, Educação Física, Enfermagem, Farmácia, Fisioterapia, Medicina, Medicina Veterinária, Nutrição, Odontologia, Superior de Tecnologia em Estética e Imagem Pessoal, Superior de Tecnologia em Gestão Ambiental e Superior de Tecnologia em Radiologia; a Escola de Ciências Sociais Aplicadas com Administração, Ciências Contábeis, Comunicação Social, Direito, Secretariado Executivo, Serviço Social e Superiores de Tecnologia em Gestão de RH, em Logística e em Marketing; Escola de Educação com Artes Visuais, História, Letras, Matemática e Pedagogia e a Escola de Engenharia com Engenharia de Petróleo e Gás, Engenharia de Produção, Informática – Licenciatura, Química, Sistemas de Informação e Superiores de

Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas e Exploração de Petróleo e Gás.

Os cursos passaram pelo I ciclo avaliativo do Sinaes entre 2007/2009 conforme demonstrado no ANEXO A. Os três Cursos Superiores de Tecnologia não passaram pelo referido Ciclo Avaliativo, pois ainda não foram incluídos no ENADE.

A Universidade em estudo tem como missão “Promover a qualidade de vida, tendo como instrumento básico o processo educacional”. A sua visão é

Ser uma instituição que entrega valor à sociedade, se empenhado na oferta de uma educação que participe ativa e permanentemente das comunidades em que se insere, e atue como agente de transformação social por meio de seus projetos de ensino, pesquisa e extensão (UNIGRANRIO, 2005, p. 12).

E, por fim, seus valores são “vivenciados através da: fé, liberdade, paz, solidariedade, honestidade, justiça, dignidade e tolerância” (UNIGRANRIO, 2005, p.12).

A estrutura administrativa da universidade está dividida da seguinte forma: Administração Superior e Administração Acadêmica. Na administração superior há a Reitoria, a Vice-reitoria e quatro Pró-reitorias: Administração Acadêmica, Administrativa, de Pós-Graduação e Pesquisa, e Comunitária e de Extensão. Na Pró-reitoria de Administração Acadêmica estão os cursos de graduação e superiores de tecnologia; na Pró-reitoria Administrativa, as direções administrativas de marketing, recursos humanos, tecnologia e financeira; na de Pós-graduação e Pesquisa, os cursos de *lato sensu* e *stricto sensu*, pesquisa e iniciação científica; na Pró-reitoria Comunitária e de Extensão, os cursos de extensão e projetos sociais. Na administração acadêmica estão integradas as Escolas, conforme esclarecido no início deste capítulo.

As atividades de pesquisa na UNIGRANRIO estão fundamentadas na inserção regional, por meio da identificação e do entendimento da situação nas áreas urbanas e rurais. Nessa identificação incluem-se os problemas, os conflitos e as potencialidades analisadas a partir dos aspectos técnicos e culturais da comunidade.

Nesse sentido, os Grupos de Pesquisa desenvolvem seus estudos com ênfase na tecnologia, na ecoeficiência e no desenvolvimento sustentável, sem

abandonar os aspectos culturais, geográficos, socioeconômicos e éticos necessários à precisão e ao rigor científico.

Atualmente, a IES possui grupos de pesquisa cadastrados na base de dados do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e certificados pela Universidade, nas seguintes áreas: Ciências Biológicas, Ciências da Saúde, Ciências Exatas e da Natureza, Ciências Humanas, Ciências Sociais Aplicadas e Linguística, Letras e Artes.

A UNIGRANRIO tem um Programa Institucional de Iniciação Científica (PIIC) que proporciona ao aluno de graduação, orientado por um pesquisador qualificado, a aprendizagem de técnicas e métodos de pesquisa, bem como estimula o desenvolvimento do pensar cientificamente. Os alunos participantes do referido programa têm o compromisso de apresentar os resultados da pesquisa no Seminário de Iniciação Científica (SIC), que a Unigranrio realiza anualmente.

A Pró-reitoria Comunitária e de Extensão tem como missão a disseminação dos valores essenciais da vida acadêmica, entre os quais a formação integral dos estudantes e a democratização do saber acadêmico. Através de atividades culturais e de extensão, que por sua natureza exigem uma sintonia plena com tais valores e também com as expectativas da comunidade, são oferecidos vários programas e projetos de extensão, vinculados às Escolas e seus respectivos cursos. Dentre todos os programas, alguns têm seus objetivos ligados à responsabilidade social.

A Universidade tem uma Ouvidoria que é um canal de comunicação interna (alunos, professores e funcionários) e externa (comunidade em geral) sempre aberto à IES, cuja principal função é compreender e respeitar as necessidades, diretos e valores de todos. Internamente, os alunos, professores e funcionários utilizam o Portal, um sistema de comunicação que oferece serviços se utilizando de ferramentas tecnológicas.

A IES possui uma política de pessoal para o corpo docente e o técnico-administrativo. Os planos de carreira para ambas as categorias encontram-se devidamente registrados no Ministério do Trabalho.

A universidade tem participado de processos avaliativos desde o Paiub, e, em função das exigências legais estabelecidas pelo Sinaes, criou a CPA em 2004.

A CPA é responsável pela condução dos processos de avaliação interna da instituição, de sistematização e de prestação das informações solicitadas pelo Governo Federal. Desde a sua criação, tem se dedicado a identificar as

potencialidades e fragilidades da Unigranrio, bem como a propor alternativas viáveis para a melhoria da qualidade da Instituição.

A infraestrutura física da Universidade está adequada ao cumprimento de sua missão, desenvolvendo suas atividades de ensino, pesquisa e extensão. Os ambientes e cenários estão estruturados com base nos padrões de qualidade exigidos pela legislação vigente. A mesma possui laboratórios multidisciplinares, específicos, quadras de esportes, área de convivência, auditório, salas de aula, espaços administrativos e outros. Todos os espaços possuem acesso a portadores de necessidades físicas, conforme exigência da lei vigente. Todos os ambientes são ventilados e têm mobiliários adequados.

A universidade possui uma biblioteca central no Campus I, sede da instituição, e as setoriais localizadas em outros campi e/ou unidades. Utiliza o sistema integrado de bibliotecas da Empresa Paranaense de Cultura – Pergamun. Nos espaços físicos há salas de estudos em grupo, individuais, salão de leitura, sala de multimídia com equipamentos, e computadores para consulta e realização de trabalhos.

O acervo bibliográfico está distribuído por área de conhecimento e possui quantidade suficiente para atender à demanda dos cursos, e tombados pelo patrimônio da Universidade. A política de atualização e renovação do acervo acontece periodicamente de acordo com as necessidades dos cursos.

A meta-avaliação proposta neste estudo avaliativo utilizará o cenário dessa universidade, e o formulário preenchido pela IES, apresentado durante a visita *in loco*, em confronto com o relatório de avaliação institucional externa elaborado pelos avaliadores *ad hoc* do MEC/INEP.

3 METODOLOGIA

3.1 CARACTERIZAÇÃO DO ESTUDO

Os estudos meta-avaliativos se constituem em abordagens metodológicas de cunho qualitativo, fundamentados basicamente em análises documentais, ancoradas nos pressupostos da análise de conteúdo, assim definida por Bardin (1997, p. 42):

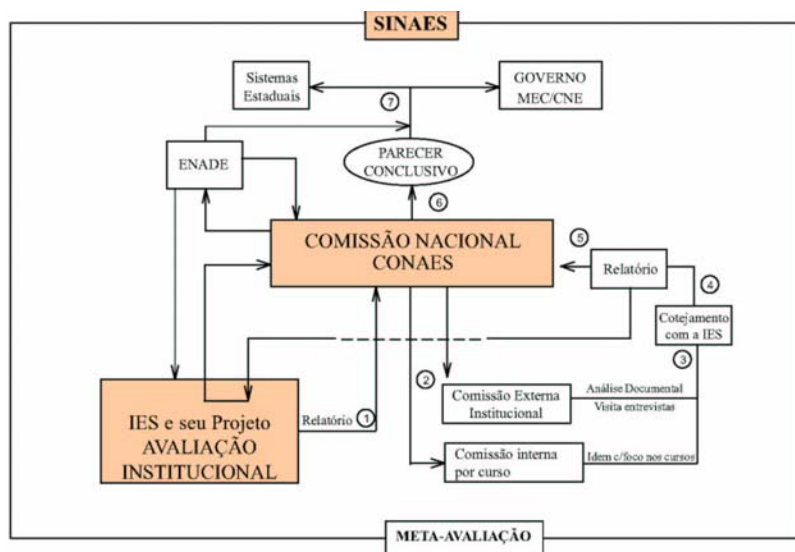
a análise de conteúdo consiste de [...] um conjunto de técnicas de análise das comunicações, visando obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens.

Para o desenvolvimento da meta-avaliação proposta neste estudo, a autora trilhou todas as etapas avaliativas propostas pelo Sinaes e que compõem as diretrizes legais para a avaliação do Ensino Superior no país.

Antes de uma análise das dimensões integrantes do Relatório, procurou-se descrever na íntegra, os critérios de referencial mínimo de qualidade, estabelecidos pelo MEC/INEP.

O julgamento da análise do Relatório compôs a fundamentação teórica, validada por uma leitura crítica do Instrumento de Avaliação Institucional Externa.

Neste estudo, embora não fosse o foco, também foram pesquisados relatórios da CPA, da Avaliação de Cursos de Graduação e o Relatório Final da Avaliação Institucional Externa, objetivo desta meta-avaliação. O Quadro 2, a seguir, apresenta o SINAES que, como pode ser observado, contempla os processos meta-avaliativos.



Quadro 2: Sinaes.
Fonte: Davok (2006).

3.2 ETAPAS DO ESTUDO

O estudo meta-avaliativo foi desenvolvido em cinco etapas. Na primeira, foi feito o levantamento do referencial teórico pertinente ao objeto a ser avaliado.

Na etapa seguinte, foram definidos os principais documentos norteadores deste estudo: Instrumento de Avaliação Institucional Externa, Relatórios de Autoavaliação Institucional, Relatórios de Avaliação dos Cursos de Graduação da IES, objeto deste estudo avaliativo, e o Relatório de Avaliação Institucional Externa, emitido pela Comissão de Avaliadores após a visita *in loco*.

A terceira etapa foi destinada à leitura crítico-analítica dos referidos documentos com objetivo de cotejá-los com os pareceres de cada uma das dimensões que compuseram o relatório final da Comissão Externa de Avaliação do MEC/INEP.

Na penúltima etapa foram elaboradas as análises de cada uma das dimensões que compõem o relatório, a partir do cotejamento desenvolvido na etapa 3 e dos conceitos de meta-avaliação delineados na primeira etapa deste estudo.

O Relatório final foi elaborado com base nas respostas às questões avaliativas que refletiram os conteúdos implícitos e explícitos nos documentos utilizados na análise, finalizando as cinco etapas previstas.

3.3 LIMITAÇÕES DO ESTUDO

Foram diversas as limitações para a realização deste estudo. A primeira a ser destacada está diretamente relacionada à impossibilidade de envolvimento de todos os segmentos da comunidade acadêmica no processo meta-avaliativo, em função das exigências legais do MEC/INEP para cumprimento do primeiro ciclo avaliativo do Sinaes.

Outra limitação está diretamente ligada ao quantitativo de documentos a serem analisados em estudos deste porte.

Finalmente, uma das grandes limitações de estudos meta-avaliativos está também ligada à abordagem qualitativa que este tipo de avaliação demanda. As abordagens qualitativas envolvem subjetividade que requer do avaliador domínio da técnica para lidar com o inusitado e dar sentido ou interpretar fenômenos nos termos das significações que os sujeitos atribuem aos mesmos.

4 CONCEITO DE META-AVALIAÇÃO

Meta-avaliação é um termo criado por Scriven (1969), que o definiu como uma investigação sistemática que objetiva emitir um juízo acerca do valor e do mérito de uma avaliação e do seu avaliador, ou seja, é a avaliação da avaliação. Embora o prefixo “meta” possa ter a noção de posterioridade, a meta-avaliação pode ocorrer durante o processo avaliativo. Não há necessidade de ser realizada por meta-avaliadores externos; no entanto, o *Joint Committee* (1994 apud WORTHEN; SANDERS; FITZPATRICK, 2004) sugere que seja desempenhada pelos avaliadores externos.

Davok (2006, p. 86) estudo sobre meta-avaliação, diz que:

A meta-avaliação é uma forma de avaliação; portanto, o seu conceito deve ser consistente com as premissas de avaliação educacional e, assim, ela deve ser um processo multidimensional, multidisciplinar, contínuo e permanente de coleta de dados, que devem ser analisados e interpretados à luz de um marco de referência para o ajuizamento de valor e mérito; sendo valor definido pela medida em que o processo avaliado satisfaz as necessidades de informação dos *stakeholders*, e mérito, pela medida em que ele satisfaz aos critérios e padrões instrumentais estabelecidos. Ademais, os seus resultados devem se constituir em ferramenta para a tomada de decisão com vistas à melhoria da qualidade do processo avaliado ou para a sua *accountability*. A figura abaixo resume esse conceito.

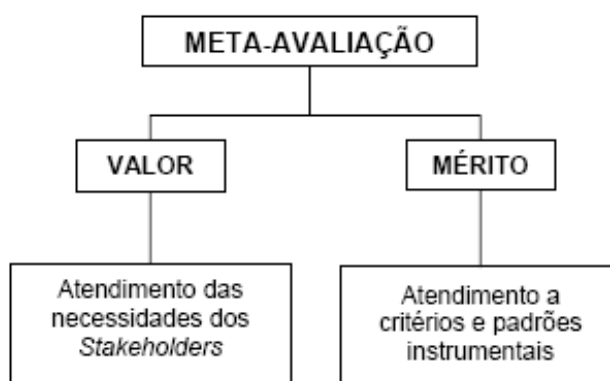


Figura 2: Conceito de meta-avaliação.
Fonte: Davok (2006).

Para Scriven (1991), a meta-avaliação é uma forma de evidenciar se a avaliação foi realizada com qualidade, distinguindo o caminho que leve ao aprimoramento profissional dos avaliadores. Sendo assim, o ideal é que ela comece com o avaliador, realizando uma autoavaliação, inclusive do seu trabalho.

A meta-avaliação busca averiguar de que forma uma avaliação tem qualidade em termos de ser útil, viável, ética e precisa (JOINT COMMITTEE, 1994 apud WORTHEN; SANDERS.; FITZPATRICK, 2004). Assim como se recomenda que as avaliações sejam realizadas nas perspectivas formativas e somativa (SCRIVEN, 1967), as meta-avaliações também devem acontecer seguindo estas duas perspectivas, pois de certa forma elas se complementam. A meta-avaliação formativa deve se iniciar junto com a avaliação, em paralelo, ou se possível durante o planejamento da avaliação, e durante todo o processo avaliativo. Ela deve verificar se a condução do avaliador está sendo apropriada e se as informações geradas estão atendendo às necessidades dos *stakeholders*. Ela fornece informações para que decisões sejam tomadas, a fim de que o processo avaliativo melhore. A somativa é realizada ao final do processo avaliativo, através de exame detalhado do processo e dos resultados, a fim de conferir seu desempenho e detectar seus pontos fortes e fracos.

De acordo com Stufflebeam (1974), as avaliações devem ser tecnicamente adequadas, úteis e eficientes, e a meta-avaliação deve demonstrá-lo, aferindo os critérios definidos. A meta-avaliação transforma-se em uma atividade essencial para o fortalecimento de uma cultura de avaliação consolidada por um referencial teórico consistente e por uma prática não punitiva, que almeje o aperfeiçoamento e desenvolvimento de uma IES. Para esse fim, Stufflebeam (1999), elaborou a *Program Evaluation Metaevaluation checklist* (Programa de Avaliação *Checklist* de Meta-avaliação), de acordo com os padrões de avaliação de programas educacionais do *Joint Committee* (1994 apud WORTHEN; SANDERS; FITZPATRICK, 2004). Para cada um dos padrões, a lista de aferição apresenta pontos de checagem para julgar a avaliação em confluência aos atributos de utilidade (atende às necessidades de informação dos *stakeholders*), viabilidade (realista, prudente, diplomática e simples), propriedade (legal e ética) e exatidão (revelando de forma técnica e adequada, informações sobre o julgamento de mérito e de relevância), conforme demonstra a Figura 3, a seguir.



Figura 3: Dimensões, atributos e critérios de avaliação da qualidade de processos de avaliação. Fonte: Davok (2006).

Davok (2006), ao citar Sander, afirma que no Paradigma Multidimensional de Administração da Educação, a qualidade em educação é concebida através das seguintes dimensões analíticas: econômica, pedagógica, política e cultural. A cada uma dessas dimensões corresponde um critério de desempenho, respectivamente: eficiência, eficácia, efetividade e relevância. Assim sendo, a autora analisa que (i) eficiência: é um critério instrumental que demonstra a capacidade dos instrumentos de avaliação produzir o máximo de resultados com o mínimo de recursos, energia e tempo (custo-benefício); (ii) eficácia: é um critério instrumental que demonstra a capacidade dos instrumentos de avaliação e o processo alcançarem os resultados propostos (metas); (iii) efetividade: é um critério substantivo que expressa a capacidade dos instrumentos de avaliação produzirem informações para satisfazer as demandas concretas feitas pela comunidade externa (objetivos); e (iv) relevância: é um critério substantivo que expressa o desempenho dos instrumentos de avaliação em termos de importância, significação, pertinência e valor de suas ações para a comunidade educacional (finalidade).

Desta forma, pode-se afirmar que um processo avaliador é eficiente se apresentar uma apropriada relação custo-benefício; eficaz, se os instrumentos avaliadores produzirem informações requeridas pela meta; efetivo se as informações produzidas por ele tiverem sido utilizadas para consecução dos seus objetivos.

O Quadro 3, a seguir, adaptado de Davok (2006), apresenta a relação entre os critérios, seus conceitos e as questões avaliativas levantadas no Capítulo 1 deste estudo.

Crítérios	Conceitos	Questões avaliativas
Eficácia	"[...] é o critério institucional que revela a capacidade administrativa para alcançar as metas estabelecidas ou os resultados propostos" (DAVOK, 2006, p. 46).	- Até que ponto o Relatório de Avaliação Institucional Externa apresentou para a IES um quadro de eficácia, gerando informações de confiabilidade?
Eficiência	"[...] é o critério econômico que revela a capacidade administrativa de produzir o máximo de resultados com o mínimo de recursos, energia e tempo" (DAVOK, 2006, p. 43).	- Até que ponto o Relatório de Avaliação Institucional Externa apresentado a IES exibiu aspectos relativos à eficiência, otimizando a relação custo-benefício?
Efetividade	"[...] é o critério político que reflete a capacidade administrativa para satisfazer as demandas concretas feitas pela comunidade externa" (DAVOK, 2006, p. 47).	- Até que ponto o Relatório, em foco, atendeu aos indicadores da categoria efetividade, oportunizando a utilização de suas informações na reorganização de objetivos, conforme previsto em lei?
Relevância	"[...] é o critério cultural que mede o desempenho administrativo em termos de importância, significação, pertinência e valor" (DAVOK, 2006, p. 50).	- Até que ponto a Avaliação Institucional Externa pode ser considerada relevante?

Quadro 3: Critérios, conceitos e questões avaliativas.

Fonte: Davok (2006).

De acordo com Davok (2006), a meta-avaliação deve ser desenvolvida através dos objetivos de valor e mérito, e seus critérios de desempenho deverão ter as características estruturais ilustradas na Figura 4, a seguir, adaptada do modelo de meta-avaliação proposto pelo autor.

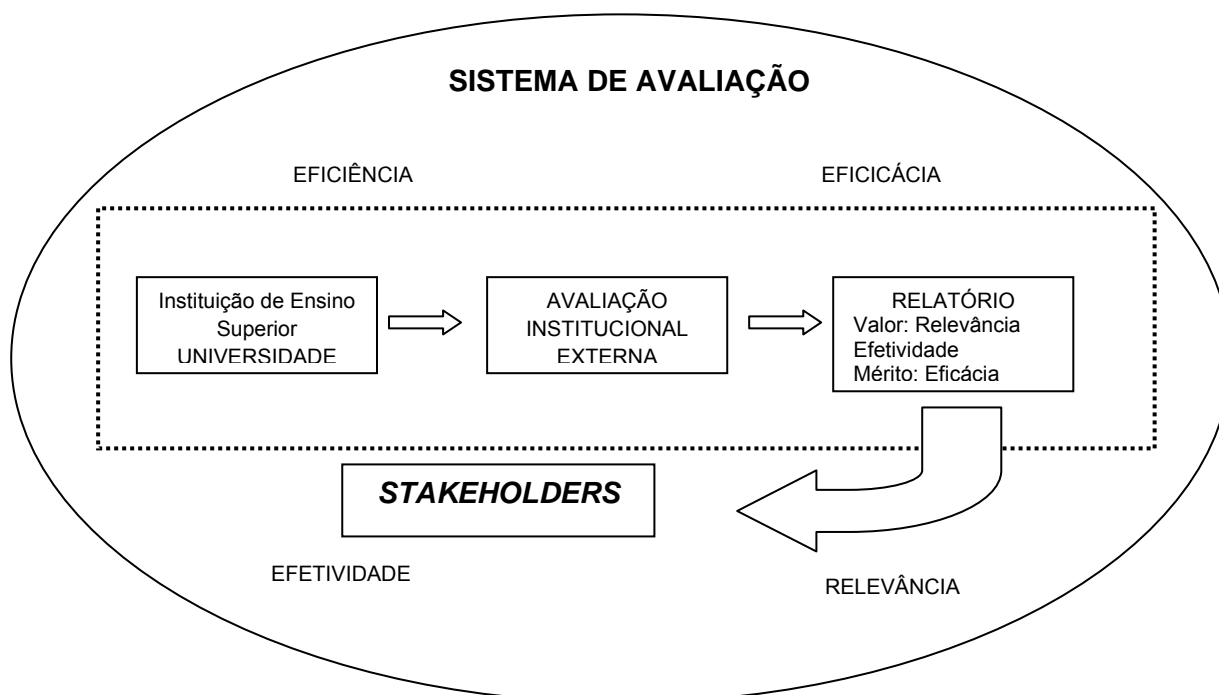


Figura 4: Características estruturais de um processo de avaliação institucional externa.

Fonte: Davok (2006).

No sentido de atender aos critérios e questões propostos pelo *Joint Committee* (1994 apud WORTHEN; SANDERS; FITZPATRICK, 2004), utilidade, viabilidade, exatidão e propriedade, este estudo teve como base, além do referencial teórico pertinente à temática, a adaptação do modelo desenvolvido por Davok (2006) para meta-avaliação de cursos de graduação. Da mesma forma que o autor da pesquisa, a avaliadora deste estudo comparou os resultados obtidos com os critérios definidos, levantando até que ponto o instrumento utilizado para a avaliação institucional externa, assim como todo o processo atendem ou não de forma suficiente aos indicadores de qualidade que compõem as categorias de análise. Com isto, o modelo de meta-avaliação, as informações geradas pela IES através do formulário preenchido e o relatório de avaliação institucional externa apresentado pelos avaliadores nortearam as conclusões e recomendações deste estudo avaliativo.

Desta forma, para cada uma das 10 dimensões foram elaboradas análises a partir dos critérios de Sander (1995) e *Joint Committee* (1994 apud WORTHEN; SANDERS; FITZPATRICK, 2004).

5 RELATÓRIO DA AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL EXTERNA DA UNIVERSIDADE DO GRANDE RIO PROF. JOSE DE SOUZA HERDY - UNIGRANRIO

Este estudo apresenta a princípio uma análise meta-avaliativa do Relatório proposto pelo INEP (2009), considerando que, não há um Relatório final e sim conceitos, análises e justificativas de cada uma das dez dimensões propostas pelo Sinaes (ANEXO B) e de seus respectivos padrões avaliativos, conforme descritos no Quadro 4.

Conceito	Descrição
1	Quando os indicadores da dimensão avaliada configuram um quadro MUITO AQUÉM do que expressa o referencial mínimo de qualidade
2	Quando os indicadores da dimensão avaliada configuram um quadro AQUÉM do que expressa o referencial mínimo de qualidade
3	Quando os indicadores da dimensão avaliada configuram um quadro SIMILAR ao que expressa o referencial mínimo de qualidade
4	Quando os indicadores da dimensão avaliada configuram um quadro ALÉM do que expressa o referencial mínimo de qualidade
5	Quando os indicadores da dimensão avaliada configuram um quadro MUITO ALÉM do que expressa o referencial mínimo de qualidade

Quadro 4: Atribuição de conceitos.

Fonte: INEP (2009).

Cabe ressaltar que o INEP (2009) considera o conceito 3 como referencial mínimo de qualidade, ou seja, as IES que alcançarem este conceito estão com perfil satisfatório.

Para realização desse estudo meta-avaliativo, foram utilizadas as dimensões, atributos e critérios de avaliação, já apresentados no Capítulo 4, de acordo com que processos de avaliação são eficazes (eficácia) quando geram as informações que deveriam gerar, ou seja, a meta-avaliação será direcionada para a análise da consecução das metas do processo avaliativo; são eficientes (eficiência) quando produzem o máximo de resultados com o mínimo de recursos, energia e tempo, ou seja, a meta-avaliação vai verificar se o processo exibiu uma boa relação custo-benefício; são efetivos (efetividade) quando os instrumentos de avaliação produzem informações que satisfaçam as demandas feitas pela comunidade externa, ou seja, a meta-avaliação deverá verificar se as informações geradas pelo processo avaliativo são aplicadas para a efetivação de seus objetivos; e são relevantes (relevância) quando o desempenho dos instrumentos de avaliação expressam termos de importância, pertinência e valor para a comunidade educacional, ou seja, a meta-avaliação constata se os resultados apresentados satisfazem as

necessidades dos seus *stakeholders*. E os critérios definidos por *Joint Committee* (1994 apud WORTHEN; SANDERS; FITZPATRICK, 2004), de (exatidão) que revelam informações de forma técnica e adequada sobre o julgamento de valor ou mérito sobre o que esta sendo avaliado; com (propriedade), onde deve ser conduzida com legitimidade e ética; (útil) que garante atender as necessidades dos *stakeholders*, e finalmente realista, prudente, diplomática e simples (viabilidade).

5.1 DIMENSÃO 1

O relatório, elaborado pela Comissão de Avaliação Institucional Externa no momento da visita *in loco* e posteriormente apresentado a IES, ao avaliar a Dimensão 1 que se refere à Missão e ao PDI, dá o seguinte destaque a dimensão em foco:

Dimensão 1: A Missão e o Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI:

No que se refere ao Ensino de Graduação, constante em seu PDI, a IES demonstra esforços no cumprimento das propostas apresentadas, destacando-se ações, principalmente, de cunho didático-pedagógico, no desenvolvimento de sistema de informação acadêmico e na criação de cursos de tecnologia de demanda local. Ainda quanto ao Ensino de Graduação, apesar de constar a abertura de cursos à distância, essa prática não foi concretizada. De modo geral, nota-se boa e efetiva articulação entre os órgãos responsáveis pela implementação e funcionamento dos cursos. Da mesma forma, na extensão, verificam-se resultados satisfatórios na execução das metas propostas no PDI, consubstanciados nas criações de programas voltados à comunidade local. Na Pós-Graduação e Pesquisa, a articulação entre o PDI e as ações concretas para seu cumprimento mostram maiores dificuldades em serem concretizadas. Os intercâmbios e convênios com instituições internacionais, a criação de novos cursos de pós-graduação “*stricto sensu*”, a implantação de políticas consistentes para a promoção de pesquisa e o incentivo à produção de patentes, são propostas delineadas no PDI e pouco desenvolvidas ou implementadas de forma inadequada, até o momento. Nota-se, pelo relatório da CPA, que muitas das ações desenvolvidas, em especial no tocante ao Ensino de Graduação e melhorias em infraestrutura, foram decorrentes de demandas provocadas pela participação da comunidade junto à CPA respondidas pela administração da IES (BRASIL, 2008a, p. 28).

Conceito	1	2	3	4	5
	<input type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
1.1. Implementação do PDI*, considerando as metas e as ações institucionais previstas e a estrutura e os procedimentos administrativos.					
Conceito referencial mínimo de qualidade:					
Quando as propostas constantes do PDI* estão sendo adequadamente implementadas , com as funções, os órgãos e os sistemas de administração/gestão adequados ao funcionamento dos cursos e das demais ações existentes, e à efetiva implantação das ações e dos cursos previstos.					
1.2. Articulação entre o PDI* e os processos de avaliação institucional (auto-avaliação e avaliações externas)					
Conceito referencial mínimo de qualidade:					
Quando os resultados da auto-avaliação e das avaliações externas são adequadamente utilizados como subsídios para a revisão permanente do PDI*, e constata-se a existência de ações acadêmicas e administrativas conseqüentes aos processos avaliativos.					

Figura 5: Dimensão 1.

Fonte: INEP (2008).

Conforme o Relatório apresentado pelos avaliadores, o ensino de graduação, de acordo com o PDI (2005-2009) vigente apresentado aos avaliadores, estava previsto o credenciamento da IES para oferta dos cursos de graduação na modalidade a distância, o que não foi realizado, conforme destacado no relatório. Por outro lado, as metas que visavam à criação de cursos na área tecnológica para atender a demanda local foram concretizadas integralmente, conforme relatado no cenário da IES no Capítulo 2 e confirmado pelos avaliadores externos. Ainda no ensino de graduação, segundo a Comissão de Avaliação Externa “existe uma efetiva articulação entre os órgãos responsáveis pela implementação e funcionamento dos cursos”.

O relatório indica que o Programa de Extensão está em consonância com as metas do PDI, atendendo, de forma satisfatória, a comunidade local.

Com relação ao desenvolvimento de pesquisa, a Comissão informou que a IES não atingiu as metas previstas no PDI que preconizavam a criação de um curso de pós-graduação *stricto sensu* de doutorado. Embora a IES possua um programa institucional de iniciação científica e tenha grupos de pesquisa devidamente cadastrados junto ao CNPq, conforme já explicitado no cenário desta avaliação, os avaliadores externos não consideraram a Iniciação Científica existente na IES

merecedora de obter o referencial mínimo de qualidade, de acordo com os padrões do INEP (2009).

Na CPA, os avaliadores notaram que seu foco está no ensino de graduação. Muitas das ações realizadas, principalmente no que diz respeito a obras de infraestrutura, tiveram sua origem nos relatórios produzidos pela CPA a partir dos dados coletados durante os vários momentos avaliativos.

A Comissão avaliadora verificou que algumas das metas previstas no PDI não foram atingidas. Assim sendo, foi conferido pela Comissão o conceito 2 à referida Dimensão.

Uma das fragilidades apontada pela Comissão foi a não criação da Educação à Distância, proposta no PDI. Uma conversa mais detalhada com a Coordenação teria subsidiado a Comissão sobre o processo de implementação de programas de EAD, que, em função de sua complexidade, muitas vezes, demandam a extrapolação de prazos, no sentido de garantir a qualidade da educação. No momento da visita já havia ações, tais como a existência do Núcleo de Educação à Distância (NEAD) elaborando o material para o credenciamento da IES, bem como a autorização para oferta de um curso de graduação, que garantiriam a oferta desta modalidade de educação em um prazo maior.

De todas as ações propostas no PDI, no que concerne à Missão e ao próprio PDI, é possível verificar, pelo relatório apresentado pela Comissão, que a IES cumpriu todas as metas propostas pelo Programa de Extensão, por meio dos cursos e serviços oferecidos à comunidade, conforme parecer da própria Comissão: “nota-se boa e efetiva articulação entre os órgãos responsáveis pela implementação e funcionamento dos cursos”.

Com relação à Graduação, é possível verificar pelo relatório da Comissão que a IES, além de ter cumprido todas as metas preconizadas em seu PDI para o ensino presencial, apresenta indicadores da dimensão avaliada que configuram um quadro ALÉM do que expressa o referencial mínimo de qualidade, como pode ser ratificado pelas “ações, principalmente, de cunho didático-pedagógico, no desenvolvimento de sistema de informação acadêmico e na criação de cursos de tecnologia de demanda local.”

O ponto frágil da IES, de acordo com o parecer da Comissão de Avaliação Externa e, de conhecimento de toda equipe da IES, encontra-se na área da Pós-Graduação *stricto sensu*. Esta fragilidade acompanha a tendência nacional no

campo da pesquisa, principalmente no setor privado. De acordo com a avaliação da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), atualmente a pesquisa científica brasileira corresponde a apenas 2% da produção mundial, ocupando o 15º lugar. Em termos qualitativos, o desempenho do Brasil é mais tímido, ocupando a 20ª colocação; o ranking mede o impacto dos trabalhos publicados, tendo como base o quanto eles são citados por outros trabalhos. O ranking da Capes considerou todos os trabalhos brasileiros publicados em revistas científicas indexadas na base de dados do Instituto para Informação Científica (ISI).

Além disso, é importante destacar que na última avaliação trienal da Pós Graduação no Brasil, os Cursos de Mestrado da IES obtiveram nota 3, ficando assim entre os 30% dos cursos de Mestrado que conseguiram manter este padrão de qualidade.

Em função das dificuldades de se realizar pesquisa científica no Brasil e em países em desenvolvimento, presencia-se um êxodo de pesquisadores em busca de melhores condições de trabalho, seja na área pública ou privada. De acordo com estimativa feita pelas Nações Unidas em 2005, quase 40 mil cientistas latino-americanos abandonam anualmente seus países de origem para se instalar em nações ricas onde possam conseguir financiamento e se dedicar integralmente à pesquisa. A pesquisa depende de financiamento; é impossível para instituições de Ensino subsidiar a pesquisa unicamente com a mensalidade paga por estudantes. Portanto, a abertura de novos programas também depende, entre outros aspectos, da manutenção do perfil de qualidade dos já existentes e de sua melhoria na escala para que o número de bolsas possa ser ampliado, e novas parcerias e convênios venham a ser estabelecidos. Como pode ser verificado, o problema da pesquisa da IES não é uma fragilidade pontual, mas um problema nacional que demanda uma mudança profunda no modelo estrutural brasileiro neste setor.

No Brasil, o setor privado ainda abriga poucos cientistas. Este problema advém do baixo nível de inovação do setor produtivo nacional, impossibilitando a construção de pontes com o mundo da ciência. É fundamental acabar com a visão tradicionalista e abrir espaço para que as universidades possam trabalhar para além da pesquisa pura, dando suporte à inovação na pesquisa e tecnologia no setor produtivo.

Por todas as razões já apresentadas, no campo da Pós-Graduação, a IES deixou de cumprir, no prazo inicialmente proposto, algumas de suas metas, para

poder garantir a qualidade de seus Cursos de Mestrado já existentes. No campo da Educação é fundamental que haja flexibilidade para que se possa satisfazer critérios de eficiência, efetividade e relevância no sentido da manutenção da qualidade do processo.

Na dimensão avaliada neste parecer, de acordo com os padrões elaborados pelo MEC/INEP, para que o referencial mínimo de qualidade seja atingido é necessário que as propostas do PDI estejam sendo “adequadamente implementadas”. Sob esta ótica, segundo o próprio parecer da Comissão, pelos critérios estabelecidos, da análise documental existente e do cenário apresentado parece que a IES poderia ter recebido o conceito do referencial mínimo de qualidade já que sua fragilidade reflete cuidado com o já conquistado, no caso dos Mestrados, ousadia nos setores onde há maior segurança de ação, no caso da Graduação e da Extensão, e precaução no campo da Pesquisa. Por todo o exposto, o conceito 2 aferido pela Comissão parece não coadunar com a Dimensão avaliada no atual cenário brasileiro.

5.2 DIMENSÃO 2

A segunda dimensão, parte integrante do relatório apresentado à IES pela Comissão de Avaliação Institucional Externa, refere-se à Política para o ensino (graduação e pós-graduação), à pesquisa, à extensão e às respectivas normas de operacionalização, incluídos os procedimentos para estímulo à produção acadêmica, para as bolsas de pesquisa, de monitoria e demais modalidades, e obteve o seguinte parecer:

Dimensão 2: A política para o ensino (graduação e pós-graduação), a pesquisa, a extensão e as respectivas normas de operacionalização, incluídos os procedimentos para estímulo à produção acadêmica, para as bolsas de pesquisa, de monitoria e demais modalidades:

A Instituição apresenta grande envolvimento em atividades de extensão, particularmente voltados à comunidade local, prevalecendo o caráter assistencial, e implementados em forma de programas de saúde, culturais e jurídicos, envolvendo a efetiva participação dos alunos com conseqüente ganhos acadêmicos. Quanto à interação dos programas de extensão com as atividades científicas, não se observa resultados correlatos. As atividades científicas na IES têm forte conteúdo voluntário, em grande parte emanado do esforço docente e discente, ainda não se constatando programas de estímulo ao aumento da demanda por Iniciação

Científica (IC), que existe em número modesto frente ao contingente de alunos matriculados na IES. O maior número de bolsas de IC vem da FUNADESP, fundação pertencente às IES privadas, depois da FAPERJ e, por último, do CNPq. O programa de monitoria não é praticado na IES. Ainda no contexto da atividade científica, verifica-se na IES quatro programas de mestrado "stricto sensu", todos avaliados com a nota 3 pela CAPES, e a ausência do doutorado. Com relação à publicação de trabalhos científicos, nota-se grande heterogeneidade, concentrados em poucos docentes, o mesmo ocorrendo com a orientação em Iniciação Científica. A oferta de cursos de pós-graduação "lato sensu" mostra-se constante e em número expressivo, abrangendo todas as áreas de atuação da Universidade. Os cursos de graduação contam com a atenção da instituição, podendo ser facilmente constatada a presença de mecanismos adequados que garantem sua operacionalização. Em relatórios de avaliações de cursos feitos por comissões designadas pelo INEP, daqueles verificados nas documentações da IES, nota-se um desempenho geral que pode ser considerado bom. Tratando-se desta dimensão, o PDI da IES se mostra dissonante em relação a algumas atividades fins, especialmente àquelas reservadas à pesquisa (BRASIL, 2008a, p. 29).

Conceito	1	2	3	4	5
	<input type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
2.1. Coerência das políticas de ensino, pesquisa e extensão com os documentos oficiais					
Conceito referencial mínimo de qualidade					
Quando as políticas de ensino, pesquisa e extensão praticadas pelas IES estão coerentes com o PDI.					
2.2. Políticas institucionais para cursos de graduação (bacharelados, licenciaturas e de tecnologia) e cursos sequenciais (quando for o caso), na modalidade <i>presencial</i> , e suas formas de operacionalização.					
Conceito referencial mínimo de qualidade:					
Quando as atividades realizadas nos cursos de graduação e cursos sequenciais (quando for o caso), na modalidade <i>presencial</i>, garantem os referenciais mínimos de qualidade desses cursos.					
2.4. Políticas institucionais para cursos de pós-graduação (<i>lato sensu*</i> e <i>stricto sensu*</i>), na modalidade <i>presencial</i> , e suas formas de operacionalização (indicador imprescindível para Universidades).					
Conceito referencial mínimo de qualidade:					
<u>Universidades</u>					
Quando as atividades realizadas nos cursos de pós-graduação (<i>lato sensu*</i> e <i>stricto sensu*</i>), na modalidade <i>presencial</i> , resultam de diretrizes de ações, são acessíveis ao conhecimento da comunidade, observam rigorosos critérios de qualidade e estão adequadamente implantadas e acompanhadas ; além disso, a IES* possui pelo menos 04 (quatro) programas de pós-graduação <i>stricto sensu*</i> , todos recomendados pela CAPES*, havendo, dentre estes, no mínimo, um curso de doutorado*.					

Centros Universitários e Faculdades
Quando as atividades realizadas na pós-graduação (<i>lato sensu*</i> e <i>stricto sensu*</i>), na modalidade <i>presencial</i> , observam os referenciais de qualidade desses cursos , resultam de diretrizes de ações, são acessíveis ao conhecimento da comunidade e estão adequadamente implantadas e acompanhadas .
2.6. Políticas institucionais de pesquisa e de iniciação científica e suas formas de operacionalização.
Conceito referencial mínimo de qualidade:
Quando as atividades de pesquisa e de iniciação científica resultam de diretrizes de ações, e estão adequadamente implantadas e acompanhadas , com participação de número significativo de professores e estudantes.
2.7. Políticas institucionais de extensão e formas de sua operacionalização, com ênfase à formação inicial e continuada e à relevância social.
Conceito referencial mínimo de qualidade:
Quando as atividades de extensão resultam de diretrizes de ações adequadamente implantadas e acompanhadas ; além disso, verifica-se a sua relevância acadêmica, científica e social no entorno institucional, e a sua vinculação com a formação acadêmica do aluno.

Figura 6: Dimensão 2.

Fonte: INEP (2008).

Obs: Os itens 2.3. e 2.5 dos referenciais mínimos de qualidade omitidos da listagem referem-se à modalidade de Educação à Distância, que não se aplica à IES por esta não ofertar tal modalidade de ensino.

De acordo com o relatado pela comissão de avaliadores, a IES apresenta um foco maior nos cursos de graduação, visivelmente constatado pelos mecanismos de operacionalização e relatórios de avaliação dos cursos emitidos pelo INEP.

Na extensão, a Universidade, conforme apresentado no Capítulo 2, realiza nove programas de extensão direcionados à comunidade local, nas áreas de cultura, saúde e jurídica com participação dos alunos. Os avaliadores relataram que não há interação entre os projetos de extensão e as atividades científicas, contraditório com os dados apresentados pela IES, onde os grupos de pesquisa estão interligados a projetos de extensão.

A participação dos alunos no Programa Institucional de Iniciação Científica que a IES oferece, segundo os avaliadores, é insuficiente em relação ao número de alunos matriculados. O mesmo acontece na participação dos docentes.

A oferta de cursos de pós-graduação *lato sensu* é expansiva a todas as áreas de atuação da IES.

A Portaria nº. 300 (BRASIL, 2006b), estabelece que as universidades têm que ter pelo menos quatro Cursos de pós-graduação *stricto sensu*, sendo que, entre

estes, no mínimo um de doutorado. A universidade em questão possui quatro programas de Mestrado em Administração, Ensino de Educação e Ciências, Letras e Odontologia avaliados com conceito 3 pela Capes; no entanto, não possui nenhum curso de doutorado. Porém, de acordo com a Portaria nº 88 (BRASIL, 2006a, Art. 9, § 3º): “No caso de programa que já conte com curso de pós-graduação *stricto sensu* reconhecido pelo MEC, proposta de curso novo a ele vinculado pode vir a ser aprovada pela Capes com nota diferente daquela então vigente para os demais cursos”.

Ou seja, para que a IES crie um programa de Doutorado, é necessário que a mesma possua um Curso de Mestrado com conceito 4. As Portarias citadas são conflitantes.

Neste sentido, a referida Dimensão obteve o conceito 2, pois teve suas políticas institucionais focadas mais no ensino. Entretanto, é importante destacar que a grande maioria das metas e ações previstas na extensão foram cumpridas, diferentemente da pesquisa, em que não se cumpriu o que determina a legislação vigente em relação à oferta do curso de Doutorado e o previsto no PDI. Assim sendo, conforme ocorrido na Dimensão 1, deste relatório, a Comissão atribuiu o conceito 2 que tem como descrição “Quando os indicadores da dimensão avaliada configuram um quadro AQUÉM do que expressa o referencial mínimo de qualidade”, por conta de não cumprimento do previsto no PDI.

O relatório da Comissão nesta dimensão reflete, com objetividade e clareza, a grande fragilidade da IES no campo da pesquisa. Apesar de ter mostrado competência para manter a avaliação da Capes em seus quatro Cursos de Mestrado e de oferecer uma grande variedade e de cursos *lato sensu*, a IES não atingiu os padrões de eficácia preconizados em suas metas no PDI. Neste sentido, a Comissão atuou de forma coerente com os critérios produzidos pelo MEC/INEP em seus instrumentos para avaliação institucional externa.

5.3 DIMENSÃO 3

No relatório emitido pela Comissão de Avaliação Institucional Externa, a Dimensão 3 tem como foco a Responsabilidade Social, conforme destacado a seguir.

Dimensão 3: A responsabilidade social da instituição, considerada especialmente no que se refere à sua contribuição em relação à inclusão social, ao desenvolvimento econômico e social, à defesa do meio ambiente, da memória cultural, da produção artística e do patrimônio cultural:

A UNIGRANRIO contempla a prática de ações de responsabilidade social que podem ser, por meio de relatórios oficiais apresentados à Comissão de Avaliadores, mensuradas como coerentes.

Verifica-se o engajamento da IES em ações comunitárias que agregam setores públicos e privados, destacando-se as da área da saúde, o envolvimento com a educação continuada, a participação em Conselhos Municipais, as ações de promoção e difusão cultural e as de inserção no mercado de trabalho. As ações de inclusão social, contempladas nesta dimensão, embora não se refiram diretamente às formas de inclusão acadêmica (com ressalvas à admissão por meio de bolsas do PROUNI), denotam preocupação com a comunidade externa e se presentificam em ações que reagem contra as desigualdades, em suas múltiplas facetas. Também se verificou a implantação de ações institucionais que buscam a defesa e o respeito às peculiaridades do meio ambiente, do patrimônio cultural e da produção artística da comunidade da Baixada Fluminense. Verificou-se "in loco" a consonância das ações com os propósitos do PDI apresentado pela Instituição (BRASIL, 2008a, p.29-30).

Conceito	1	2	3	4	5
3.1. Coerência das ações de responsabilidade social com as políticas constantes dos documentos oficiais.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Conceito referencial mínimo de qualidade:	Quando as ações de responsabilidade social praticadas pelas IES estão coerentes com o PDI.				
3.2. Relações da IES* com a sociedade; setor público, setor privado e mercado de trabalho.					
Conceito referencial mínimo de qualidade:	Quando as relações da IES* com os setores da sociedade resultam de diretrizes institucionais e estão adequadamente implantadas e acompanhadas, incluindo ações para o desenvolvimento sócio-econômico e educacional da região.				
3.3. Relações da IES* com a sociedade: inclusão social.					
Conceito referencial mínimo de qualidade:	Quando as ações da IES* com vistas à inclusão social resultam de diretrizes institucionais e estão adequadamente implantadas e acompanhadas.				
3.4. Relações da IES* com a sociedade: defesa do meio ambiente, da memória cultural, da produção artística e do patrimônio cultural.					
Conceito referencial mínimo de qualidade:	Quando as ações da IES* com vistas à defesa do meio ambiente, do patrimônio cultural e da produção artística resultam de diretrizes institucionais e estão adequadamente implantadas e acompanhadas.				

Figura 7: Dimensão 3.
Fonte: INEP (2008).

Os avaliadores constataram, por documentos oficiais apresentados durante a visita *in loco*, que a IES contempla a prática das ações previstas no PDI no que diz respeito à responsabilidade social. A IES é comprometida com a oferta de serviços à comunidade (Clínica de Fisioterapia, Ambulatório Jamil Sabra, Clínica de Odontologia, Núcleo de Prática Jurídica, entre outros), promovendo atividades de relevância social.

A inclusão social é realizada por meio de programas de caráter permanente voltados para a comunidade interna e externa. As instalações físicas dos campi da universidade possuem rampas adequadamente inclinadas, elevadores e banheiros adaptados para o acesso aos portadores de necessidades especiais. A disciplina de Libras (Língua Brasileira de Sinais) é oferecida nos cursos de graduação. A IES tem parcerias com setores públicos para desenvolver atividades de inclusão. Dentre elas, cabe citar o Programa Pró-Saúde com o Ministério da Saúde, em que são realizadas atividades com os cursos de Enfermagem, Fisioterapia, Medicina e Odontologia na Comunidade do Lixão no município de Duque de Caxias pelos alunos de graduação; e o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (Conectar – inclusão digital) em parceria com a Secretaria Municipal de Duque de Caxias e a ONG Esperança Brasil, com os alunos da área de informática, dentre outras parcerias.

No meio ambiente a IES possui projetos, tendo como mais relevante o realizado em parceria com o Parque Municipal Natural da Taquara, em Duque de Caxias, região da Mata Atlântica, para ações de estudos e pesquisa na fauna e flora.

Em relação à área cultural, a IES realiza uma ação social que é a preservação da Memória Cultural Local, por meio de encontros de serestas. Atendendo a população da terceira idade no município de Duque de Caxias, existe uma integração do idoso com as atividades da Academia da Seresta, veículo que também atrai os jovens. Com isto, os mais velhos ensinam aos mais novos as melodias que fazem parte da história da música brasileira, ocorrendo a preservação do patrimônio cultural.

Por meio do Curso de Licenciatura em Artes Visuais, anualmente a IES promove exposições com diferentes técnicas de arte, fotos e oficinas de arte.

Sendo assim, a comissão verificou *in loco* uma consonância das ações previstas com os propósitos no PDI.

Nota-se que a IES se engaja no movimento de responsabilidade social utilizando as dimensões de inclusão social, desenvolvimento econômico, defesa do meio ambiente, da memória e patrimônio cultural e produção artística, na promoção de valores éticos em parcerias com instituições públicas e ONGs.

A Comissão relatou que

As ações de inclusão social, contempladas nesta dimensão, embora não se refiram diretamente às formas de inclusão acadêmica (com ressalvas à admissão por meio de bolsas do PROUNI), denotam preocupação com a comunidade externa e se presentificam em ações que reagem contra as desigualdades, em suas múltiplas facetas.

No entanto, no que concerne à dimensão em destaque, trata-se de inclusão social dentro uma ação de responsabilidade social. A inclusão acadêmica faz parte do todo, o que é comprovado com a participação dos alunos em todas as ações.

Segundo os padrões avaliativos, a Comissão atribuiu o conceito 3, que é o referencial mínimo de qualidade estabelecido pelo MEC/INEP, que diz: “Quando os indicadores da dimensão avaliada configuram um quadro SIMILAR ao que expressa o referencial mínimo de qualidade”.

No entanto, há de se considerar que a IES tem sua sede localizada no município de Duque de Caxias na Baixada Fluminense, que no seu Plano de Desenvolvimento Integrado (2006-2012) revela que, por um lado, é o 2º PIB do Estado e, por outro, tem um Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) de 0,753, o que corresponde ao 52º lugar entre os 91 municípios do Estado do Rio de Janeiro, ficando entre os 49 situados abaixo do IDH médio do Estado, que é de 0,764. Outro dado assustador é com relação ao contingente da população que vive em favelas, em que o município é o vice-campeão. A IES possui projetos e programas de extensão nas áreas de saúde, jurídicas e educacionais desde a implantação de seus cursos, atuando junto às comunidades carentes do município. Pela localização da IES é claramente visível que a mesma não teria uma história, de quase 40 anos atuando na educação, sendo 15 anos como universidade, estando em um município que nos dias atuais tem um percentual de IDH abaixo da média, se não estivesse contemplando a prática das ações de responsabilidade social.

Com todo este perfil, a IES seria merecedora de um conceito 4, pois está ALÉM do que expressa o referencial mínimo de qualidade.

5.4 DIMENSÃO 4

A Dimensão 4 refere-se à Comunicação e à sociedade, e a Comissão de Avaliação Institucional Externa, no Relatório, emitiu o seguinte parecer:

Dimensão 4: A comunicação com a sociedade:

Verificou-se a implantação de políticas coerentes e eficientes que promovem a comunicação entre a UNIGRANRIO e as comunidades internas e externas a ela. A Universidade criou uma Central de Comunicação Social e Informações que atua nos diversos setores, por meio de ações e instrumentos específicos para cada fim. Destaca-se a criação de uma "homepage" que comporta o Portal UNIGRANRIO que, por sua vez, mantém a comunidade informada e dá visibilidade à Instituição; a criação de uma área restrita a docentes, discentes e funcionários, com informações operacionais; além da existência de uma Ouvidoria, com espaço físico específico, coordenador e funcionários, que acolhe reclamações e sugestões sobre o funcionamento da IES, encaminhando-as para providências aos setores pertinentes. Ressalta-se, ainda, a existência de secretarias que dão suporte aos cursos e que atuam também em questões de informação e comunicação (BRASIL, 2008a, p. 30).






Conceito	1	2	3	4	5
					
4.1. Coerência das ações de comunicação com a sociedade com as políticas constantes dos documentos oficiais.					
Conceito referencial mínimo de qualidade:					
Quando as ações de comunicação com a sociedade praticadas pelas IES estão coerentes com o PDI.					
4.2. Comunicação interna e externa.					
Conceito referencial mínimo de qualidade:					
Quando os canais de comunicação e sistemas de informação para a interação interna e externa funcionam adequadamente , são acessíveis às comunidades interna e externa e possibilitam a divulgação das ações da IES*.					
4.3. Ouvidoria*.					
Conceito referencial mínimo de qualidade:					
Quando a ouvidoria está implantada, funciona segundo padrões de qualidade claramente estabelecidos, dispõe de pessoal e infra-estrutura adequados , e os seus registros e observações são efetivamente levados em consideração pelas instâncias acadêmicas e administrativas.					

Figura 8: Dimensão 4.

Fonte: INEP (2008).

A Comissão de Avaliação Institucional Externa verificou que ocorreu a implantação das políticas coerentes e eficientes entre a Universidade e as comunidades interna e externa e que a IES criou uma Central de Comunicação Social e Informações, atuante em diversos setores, por meio de ações e instrumentos específicos.

Destacou a criação de uma *homepage*, que comporta o Portal, onde oferece diversos serviços a alunos, professores e funcionários, e mantém a comunidade bem-informada e dá visibilidade à IES, além da existência de uma Ouvidoria, que atua desde 2003 com um Coordenador, em espaço específico e funcionários.

Ressaltou a existência de secretárias no suporte aos cursos que atuam na comunicação e informação.

O conceito atribuído a esta Dimensão foi 3, referencial mínimo de qualidade estabelecido pelo MEC/INEP. Cabe ressaltar que foi utilizado o critério de desempenho “eficiente” pela Comissão, o que significa que houve produção máxima de resultados com o mínimo de recursos e tempo, para citar uma ação realizada pela IES. Uma outra ação implantada pela Universidade, a Comissão destacou no relatório, como uma ação realizada com merecimento.

Além disso, a IES utiliza na comunicação com a sociedade as revistas eletrônicas criadas por cursos nas áreas de saúde, humanas e sociais, instrumentos formais de publicidade e propaganda, ferramentas da internet (*twitter*), e outros, que foram apresentados à Comissão durante a visita *in loco*.

Diante do exposto, a IES deveria ter obtido um conceito 4, pois apresentou-se ALÉM do previsto, e com enaltecimentos.

5.5 DIMENSÃO 5

Na sequência tem-se a Dimensão 5, que se refere às políticas de pessoal, de carreiras do corpo docente e técnico administrativo, seu aperfeiçoamento, desenvolvimento profissional e condições de trabalho, conforme descrito abaixo.

Dimensão – 5- As políticas de pessoal, de carreiras do corpo docente e corpo técnico-administrativo, seu aperfeiçoamento, seu desenvolvimento profissional e suas condições de trabalho:
A IES possui programas de treinamento e desenvolvimento institucional, nos setores administrativos como operacional, manutenção, e técnico-administrativo, visando aspectos coletivos, de

qualidade de vida, treinamento operacional e aspectos de segurança do trabalhador. Também há programas para estímulo a aperfeiçoamento por cursos "lato" e "stricto sensu", através de concessão de bolsas, por titulação, programas de aperfeiçoamento de "softwares" e para a saúde do trabalhador. Atualmente, a IES apresenta 602 docentes, sendo dos quais aproximadamente 70% (340) possuem titulação de pós-graduação "stricto sensu", sendo do total, 22% (131) dos docentes possuem título de Doutor. O Plano de Carreira docente está vigente há mais de 6 anos, difundido na comunidade acadêmica (divulgado nos Colegiados e processos de admissão), estando de acordo com a legislação vigente, pois também apresenta 34% do corpo docente total em regime de tempo integral. O nível de formação e experiência dos técnicos administrativos se apresenta adequada aos propósitos da instituição, explicitados no PDI (BRASIL, 2008, p. 30).

Conceito	1	2	3	4	5
5.1. Coerência das políticas de pessoal, de carreiras do corpo docente e corpo técnico-administrativo, seu aperfeiçoamento, seu desenvolvimento profissional e suas condições de trabalho com as políticas firmadas em documentos oficiais.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
<p>Conceito referencial mínimo de qualidade:</p> <p>Quando as políticas de pessoal, de carreiras do corpo docente e do corpo técnico-administrativo, seu aperfeiçoamento, seu desenvolvimento profissional e as condições de trabalho praticadas pelas IES estão coerentes com o PDI.</p>					
5.2. Formação do corpo docente.					
<p>Conceito referencial mínimo de qualidade:</p> <p>Universidades e Centros Universitários: Quando a metade do corpo docente da IES* tem formação mínima em nível de pós-graduação <i>stricto sensu*</i>, dos quais 40% desses com título de doutor (20% do total), e experiência profissional e acadêmica adequadas às políticas constantes dos documentos oficiais da IES*.</p> <p>Faculdades: Quando a maioria do corpo docente tem, no mínimo, formação de pós-graduação <i>lato sensu*</i> e experiência profissional e acadêmica adequadas às políticas constantes dos documentos oficiais da IES*</p>					
5.3. Condições institucionais para os docentes.					
<p>Conceito referencial mínimo de qualidade:</p> <p>Universidades: Quando as políticas de capacitação e de acompanhamento do trabalho docente estão implementadas. Além disso, o Plano de Carreira Docente, homologado por órgão do Ministério do Trabalho e Emprego, está implementado e difundido na comunidade acadêmica, estando a IES* em consonância com a legislação vigente no que se refere a regime de trabalho, ou seja, um terço do corpo docente em <i>regime de tempo integral*</i> (Lei 9.394/1996 – Art. 52).</p>					

5.3. Condições institucionais para os docentes.
Conceito referencial mínimo de qualidade:
<p>Centros Universitários: Quando as políticas de capacitação e de acompanhamento do trabalho docente estão implementadas. Além disso, o Plano de Carreira Docente, homologado por órgão do Ministério do Trabalho e Emprego, está implementado e difundido na comunidade acadêmica, em consonância com a legislação vigente no que se refere a regime de trabalho, ou seja, um quinto do corpo docente em regime de tempo integral* (Decreto 5.786/2006 – Art.1º).</p> <p>Faculdades: Quando as políticas de capacitação e de acompanhamento do trabalho docente estão implementadas e acompanhadas. Além disso, o Plano de Carreira Docente, homologado por órgão do Ministério do Trabalho e Emprego, está implementado e difundido na comunidade acadêmica.</p>
5.4. Condições institucionais para o corpo técnico-administrativo.
Conceito referencial mínimo de qualidade:
Quando o perfil (formação e experiência) e as políticas de capacitação do corpo técnico-administrativo estão adequados às políticas constantes dos documentos oficiais da IES*. Além disso, o Plano de Cargos e Salários, homologado por órgão do Ministério do Trabalho e Emprego, está implementado e difundido.

Figura 9: Dimensão 5.

Fonte: INEP (2008).

De acordo com o PDI (2005-2009) vigente durante a visita *in loco* da Comissão de Avaliação Institucional Externa, a IES cumpriu, conforme previsto no PDI, a meta de implantação de programas de treinamento e desenvolvimento institucional na área de recursos humanos para o corpo docente e técnico-administrativo.

A IES tem programas de estímulo e aperfeiçoamento para cursos de graduação, *lato sensu* e *stricto sensu*, inclusive com concessão de bolsas. O corpo docente recebe o aprimoramento acadêmico – gratificação de acordo com a sua maior titulação: especialização, mestrado ou doutorado.

O quadro docente da IES conta com 652 docentes sendo que, 69%, ou seja, 340 possuem titulação de Mestrado ou Doutorado, conforme determina a legislação vigente. Dos 340, 131 possuem o título de Doutor, o equivalente a 22 %, de acordo com o estabelecido no referencial mínimo de qualidade, que exige 20% do total de docentes com a referida titulação.

Os planos de carreiras docente e técnico-administrativa estão homologados junto ao Ministério do Trabalho, implementados e difundidos junto à comunidade acadêmica. No corpo docente, dos 652, 34% atuam em regime de trabalho integral, conforme previsto no plano, atendendo à legislação que estabelece que 1/3 do corpo

docente trabalhe em tempo integral. Sendo assim, a IES está em consonância com o PDI e a legislação vigente.

A Comissão de Avaliação Institucional Externa aferiu o conceito 3, referencial mínimo de qualidade, pois a dimensão e os dados avalia as quantidades e não qualidades, e os percentuais estão muito próximos do exigido na legislação vigente. Diante do exposto, o conceito atribuído pela Comissão está coerente com os documentos oficiais apresentados e as entrevistas realizadas durante a visita *in loco*.

5.6 DIMENSÃO 6

A Dimensão 6 tem sua pauta na Organização e Gestão da IES, funcionamento e representatividade dos colegiados, independência e autonomia em relação à Mantenedora, conforme exposto abaixo.

Dimensão 6: Organização e gestão da instituição, especialmente o funcionamento e representatividade dos colegiados, sua independência e autonomia na relação com a mantenedora, e a participação dos segmentos da comunidade universitária nos processos decisórios:

As formas de organização e gestão da Universidade do Grande Rio Professor Jose de Souza Herdy - Unigranrio, constantes nos documentos regimentais (PDI, Regimento Geral e nos demais documentos, como relatórios dos segmentos institucionais), e os documentos das políticas de ensino, pesquisa e extensão, apresentam-se adequados e articulados. As questões de ordem normativa e deliberativa, assim como a definição de políticas e diretrizes, passam por análises e pareceres dos Conselhos Superiores e dos Colegiados de Escolas e Cursos. Verificou-se que há a devida representação dos setores institucionais e de instâncias administrativas, junto aos órgãos colegiados. A estrutura de gestão da Unigranrio, tanto nos níveis da Administração Superior como da Administração Acadêmica amparam decisões, execuções e controle das práticas de ensino, pesquisa e extensão, contemplando a busca do atendimento de metas e compromissos estabelecidos nos documentos institucionais. Relatórios permitem verificar a atuação constante da Comissão Própria de Avaliação, assim como sua percepção da necessidade e da prática da Universidade em considerar a opinião dos vários segmentos da comunidade universitária nos processos decisivos para o desenvolvimento da Universidade. Equivale, portanto, acentuar a consonância das políticas com a prática (BRASIL, 2008a, p. 31).

Conceito	1	2	3	4	5
6.1. Coerência da organização e da gestão da instituição com as políticas firmadas em documentos oficiais.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Conceito referencial mínimo de qualidade:	Quando a organização e a gestão da instituição, especialmente o funcionamento e representatividade dos colegiados, sua independência e autonomia na relação com a mantenedora, e a participação dos segmentos da comunidade universitária nos processos decisórios estão coerentes com o PDI.				
6.2. Gestão institucional (considerar as especificidades da gestão de cursos a distância, quando for o caso).	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Conceito referencial mínimo de qualidade:	Quando a gestão institucional se pauta em princípios de qualidade, e resulta de diretrizes de ações.				
6.3. Funcionamento, representação e autonomia dos Conselhos Superiores.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Conceito referencial mínimo de qualidade:	Quando o funcionamento e a representatividade dos Conselhos Superiores cumprem os dispositivos regimentais e estatutários.				
6.4. Funcionamento, representação e autonomia dos colegiados de curso.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Conceito referencial mínimo de qualidade:	Quando o funcionamento e a representatividade nos colegiados de curso, ou equivalentes, cumprem os dispositivos regimentais e estatutários.				

Figura 10: Dimensão 6.

Fonte: INEP (2008).

De acordo com o relatado pela Comissão de Avaliação Institucional Externa, a IES tem sua organização e gestão universitária adequadas e articuladas entre os documentos regimentais (PDI, regimentos, relatórios e outros) com as políticas de ensino, pesquisa e extensão, e estão coerentes com o PDI.

A universidade possui órgãos colegiados, a saber: Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (Consepe), que tem uma responsabilidade deliberativa e regulamentar englobando a universidade no seu sentido mais amplo; Conselho de Desenvolvimento, restrito às questões de relacionamento entre a universidade, a comunidade; e os Colegiados de Escola, reservados à natureza estritamente acadêmica, vinculados aos cursos sob sua responsabilidade. Eles se articulam em seu funcionamento e possuem uma estreita comunicação entre si.

A gestão institucional se pauta em princípios de qualidade se orientando, fundamentalmente, em dois referenciais: relatórios de avaliação (interna e externa) e

os parâmetros de qualidade estabelecidos pelo MEC/INEP, na graduação, e Capes, na pós-graduação.

A IES tem o cuidado de balancear a composição dos órgãos colegiados com membros comuns em mais de um órgão, e, no caso do Conselho de Desenvolvimento, a participação de representantes da comunidade, facilitando a articulação das ações. As reuniões acontecem periodicamente, conforme definido nos documentos oficiais.

O relatório produzido pela Comissão revelou a qualidade organizacional da instituição, destacando seu valor e mérito, condições necessárias para um objeto educacional mostrar qualidade em educação.

O parecer também apontou o valor da gestão da IES por meio da avaliação de categorias como efetividade e relevância. O mérito foi atingido pela eficácia e eficiência comprovadas pela IES a partir de seu funcionamento e representatividade de seus colegiados, da autonomia na relação com a mantenedora, assim como da efetiva participação dos segmentos da comunidade universitária nos variados processos decisórios.

5.7 DIMENSÃO 7

Nesta dimensão foi tratada a questão de infraestrutura física da IES, que teve o seguinte relato pela Comissão de Avaliação Institucional Externa:

Dimensão 7: Infraestrutura física, especialmente a de ensino e de pesquisa, biblioteca, recursos de informação e comunicação:

Os espaços físicos utilizados no desenvolvimento das atividades pela Universidade do Grande Rio Professor José de Souza Herdy - UNIGRANRIO apresentam infraestrutura física adequada, pois apresentam salas de aula, laboratórios, anfiteatro, banheiros, espaço de convivência e para atividades desportivas, Biblioteca, Sala de docentes e espaço físico administrativo, que, de modo geral, atendem adequadamente aos requisitos de quantidade, mobiliário, equipamentos, limpeza, acústica, segurança, conservação e comodidade necessários às atividades que aí se desenvolvem, estando em conformidade com as especificações no PDI. Quanto ao acervo, as referências bibliográficas estão tombadas no patrimônio da IES. Quanto às formas de acesso dos alunos de cursos a distância à bibliografia básica, complementar e os periódicos e as instalações para discentes e docentes, são adequadas, porém não se aplicam estes indicadores, pois, como as atividades são presenciais, embora a IES esteja implantando estas atividades de EAD, em máximo de 20%, para algumas disciplinas de cursos

presenciais. Na IES, há mecanismos adequados para renovação e compra de obras bibliográficas novas para a Biblioteca Central. Ressalta-se a necessidade de ajuste da infraestrutura para que se atinja os níveis mínimos de dimensões adequadas (como em corredores e elevadores) e de ventilação (de forma a renovar o ar com maior intensidade). Ressalta-se também que há instalações gerais para o ensino, para a prática de esportes, atividades culturais e de lazer, espaços de convivência e para laboratórios didáticos. Os laboratórios da área Tecnológica mostram deficiências, bem como os espaços para pesquisa são reduzidos e apenas com razoável quantidade de equipamentos (BRASIL, 2008a, p. 31).

Conceito	1	2	3	4	5
	<input type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
7.1. Coerência Infra-estrutura física, especialmente a de ensino e de pesquisa, biblioteca, recursos de informação e comunicação com o estabelecido em documentos oficiais.					
Conceito referencial mínimo de qualidade:					
Quando a infra-estrutura física da IES, especialmente a de ensino e pesquisa, biblioteca, recursos de informação e comunicação, está coerente com a especificada no PDI.					
7.2. Instalações gerais					
Conceito referencial mínimo de qualidade:					
Quando há instalações gerais para o ensino, para a pesquisa (quando for o caso), para a prática de esportes, atividades culturais e de lazer, espaços de convivência, e para laboratórios didáticos e de pesquisa em quantidade e qualidade adequadas.					
7.4. Biblioteca: acervo, serviços e espaço físico.					
Conceito referencial mínimo de qualidade:					
Quando podem ser verificadas ações adequadas de atualização e ampliação do acervo bibliográfico e dos serviços da(s) biblioteca* (s).					

Figura 11: Dimensão 7.

Fonte: INEP (2008).

Obs.: O item 7.3. dos referenciais mínimos de qualidade omitido na listagem, refere-se à modalidade de Educação à Distância, que não se aplica à IES por não ofertar esta modalidade de ensino.

De acordo com o parecer elaborado pela Comissão para a Dimensão 7 sobre a infraestrutura,

os espaços físicos utilizados no desenvolvimento das atividades pela Universidade do Grande Rio Professor José de Souza Herdy - Unigranrio apresentam infraestrutura física adequada pois apresentam salas de aula, laboratórios, anfiteatro, banheiros, espaço de convivência e para atividades desportivas, Biblioteca, Sala de docentes e espaço físico administrativo, que, de modo geral,

atendem adequadamente aos requisitos de quantidade, mobiliário, equipamentos, limpeza, acústica, segurança, conservação e comodidade necessários às atividades que aí se desenvolvem, estando em conformidade com as especificações no PDI.

Desta forma, há uma incongruência entre o parecer e o conceito aferido, já que, de acordo com os critérios apresentados pelo instrumento e pelas próprias palavras da Comissão, a IES apresenta as condições necessárias para o Referencial Mínimo de Qualidade.

A Biblioteca Central dá suporte a 10 bibliotecas setoriais, instaladas em outros campi, unidades e/ou cenários de ensino. Ela utiliza um *software* – PERGAMUN, que é um sistema de integração entre bibliotecas. O acervo bibliográfico está tombado pelo patrimônio da IES e tem sua renovação e atualização na aquisição de novas obras adequadas, conforme documentos apresentados à Comissão durante a visita *in loco* e comprovado, conforme as políticas de aquisição de acervo determinadas pelo PDI. Neste item, como no anterior, a Comissão fez especial destaque em seu relatório.

O fragmento sobre a necessidade de adequação da infraestrutura da IES remete ao seguinte questionamento: se as instalações foram consideradas pela própria equipe como adequadas, como então há a necessidade de adequar determinadas dimensões? Fica, desta forma, destacada mais uma incongruência do relatório no que diz respeito às instalações da IES.

No que tange aos laboratórios da área tecnológica, a Comissão expôs haver deficiências, inclusive nos espaços destinados à pesquisa em relação à quantidade de equipamentos.

No anexo A deste processo meta-avaliativo, é apresentado um quadro referente às avaliações dos cursos de graduação pelas quais a IES já passou desde 2002, anteriores ao Sinaes.

Cabe observar que, em todas as avaliações de cursos, os conceitos atribuídos nos Relatórios de Avaliação de Reconhecimento e/ou Renovação dos Cursos de Graduação na Categoria: Instalações Físicas foram 3, 4 ou correspondendo a CB (Bom) e CMB (Muito Bom). Ou seja, ou atingiram o referencial mínimo ou estiveram ALÉM do estabelecido pelo MEC/INEP. Estes cursos utilizam os espaços físicos avaliados *in loco* pela Comissão de Avaliação Institucional

Externa, incluindo os laboratórios da área tecnológica, que foram citados como “deficientes”.

Os Relatórios de Avaliação de Reconhecimento e/ou Renovação dos Cursos de Graduação foram documentos disponibilizados, durante a visita *in loco*, a Comissão Avaliadora Institucional e serviram de subsídios na Dimensão 2, para aferirem o conceito daquela dimensão.

Neste caso, o conceito 2 atribuído à IES nesta Dimensão está incoerente, pois os cursos desenvolvem suas atividades de ensino, pesquisa e extensão na infraestrutura física da IES.

5.8 DIMENSÃO 8

O relatório elaborado pela Comissão de Avaliação Institucional Externa, ao avaliar a Dimensão 8, que se refere ao Planejamento e avaliação, especialmente em relação aos processos, resultados e eficácia da autoavaliação institucional, dá o seguinte destaque à dimensão em foco:

Dimensão 8: Planejamento e avaliação, especialmente em relação aos processos, resultados e eficácia da autoavaliação institucional:

Comissão Própria de Avaliação (CPA) iniciou os trabalhos com a elaboração do Projeto de Autoavaliação Institucional, em agosto de 2005, sendo que o planejamento, indicadores e o desenvolvimento do projeto, guardam coerência com os procedimentos adotados, com o PDI e observa-se um contínuo processo de melhoria da qualidade em cumprimento à missão institucional, fruto das providências induzidas a direção da IES, onde esta encaminha diversas ações em setores da Universidade. Com o trabalho desta CPA, criou-se uma Assessoria de Comunicação e Marketing a fim de ativar o melhorar o setor de comunicação interna e externa, além de outras melhorias diversas registradas e de resultados visíveis. De forma específica, a CPA é constituída de membros onde há representantes discentes e da comunidade, além dos setores internos da IES, cujo objetivo é identificar e encaminhar aos setores competentes as necessidades de soluções, operacionalizar as ações e cuidar do cotidiano de sua atuação. Os resultados da CPA estão divulgados nos relatórios disponíveis em rede de informática e em reuniões com os dirigentes institucionais. A mesma possui especificações, procedimentos e metodologias próprias e adequadas (BRASIL, 2008a, p. 32).

Conceito	1	2	3	4	5
8.1. Coerência do planejamento e da avaliação, especialmente em relação aos processos, resultados e eficácia da auto-avaliação institucional com o estabelecido em documentos oficiais.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Conceito referencial mínimo de qualidade:					
Quando o planejamento e a avaliação, especialmente em relação aos processos, resultados e eficácia da auto-avaliação institucional da IES estão coerentes com o especificado no PDI.					
8.2. Auto-avaliação institucional					
Conceito referencial mínimo de qualidade:					
Quando a <i>Comissão Própria de Avaliação*</i> está implantada e funciona adequadamente , há efetiva participação da comunidade interna (professores, estudantes e técnico-administrativos) e externa nos processos de auto-avaliação institucional, e há divulgação das análises e dos resultados das avaliações, estando as informações correspondentes acessíveis à comunidade acadêmica.					
8.3. Planejamento e ações acadêmico-administrativas a partir dos resultados das avaliações.					
Conceito referencial mínimo de qualidade:					
Quando a IES implementa adequadamente ações acadêmico-administrativas baseadas nos resultados da auto-avaliação e das avaliações externas.					

Figura 12: Dimensão 8.

Fonte: INEP (2008).

Nesta dimensão, a Comissão constatou que a CPA atua junto aos processos de avaliação interna da instituição, de sistematização e de prestação das informações solicitadas pelo MEC, em coerência com os procedimentos adotados com o PDI e em constante melhoria na qualidade de sua missão institucional.

A CPA foi criada em 2004, de acordo com legislação do Sinaes e em 2005 apresentou o Projeto de Autoavaliação Institucional. Na sua composição há representação de discentes, docentes, funcionários técnico-administrativos e membros da comunidade. Todos os seus relatórios são enviados, anualmente, para o INEP, disponibilizados à comunidade acadêmica e divulgados no *site* da universidade, para consulta pública e transparente.

Conforme já citado na Dimensão 1, os Relatórios de Autoavaliação Institucional apresentados ao MEC, desde a criação da CPA em 2004, e disponibilizados no momento da visita *in loco*, comprovam que muitas das ações desenvolvidas pela CPA – focada principalmente no ensino e melhorias na infraestrutura – foram decorrentes de demandas provocadas pela participação da comunidade acadêmica junto à CPA, por meio do “Click Avaliação”, evento anual em

que toda comunidade acadêmica responde a um questionário, e atendidas pela Administração Superior. Tendo como base o exposto, pode-se afirmar que os resultados gerados alcançaram as metas previstas, em documentos oficiais, sendo possível observar que há coerência entre o relatório e os padrões explicitados pelo INEP, revelando uma eficácia do processo avaliativo.

5.9 DIMENSÃO 9

O relatório, a seguir, apresenta o parecer da Comissão sobre a Dimensão 9, que trata das Políticas de atendimento aos discentes.

Dimensão 9: Políticas de atendimento aos discentes:

Verificou-se a existência de políticas de apoio sistemático e permanente aos discentes, principalmente no que diz respeito a apoio psicológico e de inserção no mercado de trabalho. Iniciativas para garantir o acesso e a permanência de discentes na universidade foram constatadas e estão em conformidade com o apregoado no PDI, ressaltando-se o número elevado de bolsas de estudo, tanto do PROUNI quanto institucionais. As políticas de incremento à participação de discentes em eventos acadêmicos, mesmo denotando esforço na promoção e apoio de iniciativas de intercâmbio e disseminação acadêmica, não clarificam os critérios que norteiam a participação em eventos externos. Verificou-se, também, a preocupação e o investimento em ações de educação continuada e de aperfeiçoamento profissional aos egressos (BRASIL, 2008a, p. 32).

Conceito	1	2	3	4	5
9.1. Coerência das políticas de atendimento aos discentes com o estabelecido em documentos oficiais.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Conceito referencial mínimo de qualidade:					
Quando as políticas de atendimento aos discentes da IES estão coerentes com as especificadas no PDI.					
9.2. Programas de apoio ao desenvolvimento acadêmico dos discentes referentes à realização de eventos	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Conceito referencial mínimo de qualidade:					
Quando os programas de apoio ao desenvolvimento acadêmico dos discentes, de realização de atividades científicas, técnicas, esportivas e culturais, e de divulgação da sua produção estão implantados e adequados.					

9.3. Condições institucionais de atendimento ao discente.
<p>Conceito referencial mínimo de qualidade:</p> <p>Quando se verifica a adequação das políticas de acesso, seleção e permanência de estudantes (critérios utilizados, acompanhamento pedagógico, espaço de participação e de convivência) praticadas pela IES e há adequada relação com as políticas públicas e com o contexto social.</p>
9.4. Acompanhamento de egressos e criação de oportunidades de formação continuada
<p>Conceito referencial mínimo de qualidade:</p> <p>Quando existem mecanismos adequados para conhecer a opinião dos egressos sobre a formação recebida, tanto curricular quanto ética, para saber o índice de ocupação entre eles, para estabelecer relação entre a ocupação e a formação profissional recebida; além disso, a opinião dos empregadores dos egressos é utilizada para revisar o plano e os programas e existem atividades de atualização e formação continuada para os egressos</p>

Figura 13: Dimensão 9.

Fonte: INEP (2008).

A IES possui e executa as políticas e metas com relação ao atendimento aos discentes, por meio das suas Pró-reitorias. Programas de apoio psicológico e inserção no mercado de trabalho são sistemáticos e permanentes, conforme relatado pela Comissão, além da existência de iniciativas, por parte da IES, na permanência do aluno no campi, em conformidade com o estabelecido no PDI.

De acordo, com os documentos apresentados pela IES, a Comissão verificou que não ficaram claros os critérios que norteiam a participação de alunos em eventos acadêmicos externos.

Conforme já exposto em dimensões anteriores, a IES possui um Programa Institucional de Iniciação Científica para os alunos de graduação, em que os melhores trabalhos são apresentados na Semana de Iniciação Científica.

A IES possui setores de atendimento aos alunos, tais como: o Núcleo de Acompanhamento Psicopedagógico ao Aluno (Napa), que lida com as questões pedagógicas de ensino-aprendizagem e na relação aluno-professor; o Núcleo de Convênio e Estágio e Negócios (Nucen), que tem como objetivo criar condições de acesso dos alunos em campos de estágio, bem como proporcionar a sua inserção no mercado de trabalho. O Nucen mantém um cadastro de empresas que divulgam, de acordo com suas necessidades, as oportunidades de estágio e empregos. Também é responsável em manter a legalização, dentro do previsto na Lei nº. 11.788 (BRASIL, 2008b), dos seus alunos estagiários junto às empresas.

Existe um acompanhamento de egressos que foi construído para avaliar o grau de satisfação com a formação recebida, bem como suas expectativas de educação continuada e a inserção no mercado de trabalho. Com estas informações, a IES pode aprimorar a formação de profissionais cada vez mais qualificados. Através de contatos com os empregadores, é realizada uma pesquisa para identificar as exigências do mercado, em relação às competências e habilidades dos profissionais da área.

A Comissão avaliadora verificou, *in loco*, que a IES tem um acompanhamento de egressos, inclusive com uma preocupação em investir em ações de educação continuada e de aperfeiçoamento profissional. Desta forma, o parecer da Comissão se aproximou do conceito de efetividade apresentado por Sander (1995), que define este critério como a potencialidade política administrativa para atender às demandas da clientela.

A relevância desta dimensão – definida por Sander (1995, p. 50) como “critério cultural que mede o desempenho administrativo em termos de importância, significação, pertinência e valor” – foi destacada no relatório ao apontar para a existência de programas de bolsas, de acompanhamento e de mostrar a existência e apoio ao discente, ratificando, desta forma, a coerência entre as políticas de atendimento aos discentes e o PDI.

De acordo com os critérios meta-avaliativos, o parecer da Comissão revela, com clareza e objetividade, que na Dimensão 9 - Políticas de atendimento aos discentes, a IES atingiu o Conceito de Referencial Mínimo de Qualidade ao ter as categorias estabelecidas na literatura (Instrumento de Avaliação Institucional Externa), ou seja, a eficácia, a eficiência, assim como a efetividade e a relevância atingidas pela IES, de forma adequada.

5.10 DIMENSÃO 10

A Dimensão 10, parte integrante do Relatório elaborado pela Comissão de Avaliação Institucional, foca a Sustentabilidade Financeira tendo em vista o significado social da continuidade dos compromissos na oferta da educação superior, conforme destacado abaixo.

Dimensão 10: Sustentabilidade financeira, tendo em vista o significado social da continuidade dos compromissos na oferta da educação superior:

A Unigranrio possui sustentabilidade financeira, sendo as mensalidades de acadêmicos e técnicos a principal fonte receptora de recursos. Verificou-se que há investimentos, porém, nem sempre equitativos ou proporcionais às necessidades prioritárias. Professores e funcionários da Unigranrio demonstraram anuência em relação aos salários pagos, assim como também puderam ser constatados investimentos na infraestrutura e na aquisição de equipamentos, apesar de ainda tímidos investimentos no incremento à pesquisa e sua disseminação, já acentuados no PDI e destacados pela CPA (Comissão Própria de Avaliação) (BRASIL, 2008a, p.32-33).

Conceito	1	2	3	4	5
	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
10.1. Coerência da sustentabilidade financeira apresentada pela IES com o estabelecido em documentos oficiais.					
Conceito referencial mínimo de qualidade:					
Quando a sustentabilidade financeira da IES está coerente com a especificada no PDI.					
10.2 Sustentabilidade financeira da instituição e políticas de captação e alocação de recursos.					
Conceito referencial mínimo de qualidade:					
Quando se verifica a adequação entre a proposta de desenvolvimento da IES, incluindo-se a captação de recursos, e o orçamento previsto, a compatibilidade entre cursos oferecidos e as verbas e os recursos disponíveis, e existe controle entre as despesas efetivas e as referentes à despesa correntes, de capital e de investimento.					
10.3. Políticas direcionadas à aplicação de recursos para programas de ensino, pesquisa e extensão					
Conceito referencial mínimo de qualidade:					
Quando existem políticas de aquisição de equipamentos e de expansão e/ou conservação do espaço físico necessárias à adequada implementação dos programas de ensino, pesquisa e extensão.					

Figura 14: Dimensão 10.

Fonte: INEP (2008).

De acordo com documentos oficiais apresentados durante a visita *in loco*, a Comissão verificou que se trata de uma IES privada que tem como principal fonte receptora de recursos as mensalidades dos cursos de graduação, pós-graduação, extensão e taxas de serviços complementares. Os recursos são administrados por uma entidade mantenedora que reverte, integralmente, seus resultados para a universidade. Parte desses recursos é aplicada na aquisição de equipamentos e

melhorias na infraestrutura, conforme relatado pela Comissão nesta Dimensão e, também, na Dimensão 1.

Os investimentos na área da pesquisa são oriundos de patrocínios e/ou parcerias com órgãos de fomento à pesquisa.

A inadimplência na IES no ano de 2008 foi de 5,68% contra 3% previsto pela IES, conforme documentos apresentados durante a visita *in loco*.

Na entrevista da Comissão com os docentes e funcionários, durante visita *in loco*, os mesmos demonstraram anuência em relação aos salários pagos.

A Comissão relatou que os investimentos no aumento da pesquisa, ainda são poucos, conforme acentuado no PDI e destacado pela CPA. Porém, como a autora desta meta-avaliação já citou na Dimensão 1, a pesquisa depende de financiamento, e se torna impossível para instituições de ensino subsidiarem a pesquisa unicamente com a mensalidade paga pelos seus alunos. O problema da Pesquisa é em nível nacional, e não específico da IES.

De acordo com o referencial mínimo de qualidade, estabelecido pelo MEC/Inep, nesta dimensão a IES deverá ter uma sustentabilidade financeira coerente com o PDI, uma adequação das propostas de investimentos com orçamento previsto e as políticas de aquisição, expansão e conservação de equipamentos e espaço físico necessário à adequação na implementação com os programas de ensino, pesquisa e extensão. A IES apresentou documentos oficiais, durante a visita *in loco*, que comprovaram que a mesma realiza o estabelecido pelo MEC/INEP. Assim sendo, o conceito 3 obtido nesta dimensão, atribuído pela Comissão, está coerente com o PDI da IES e com o referencial mínimo de qualidade. Pode-se afirmar que houve eficácia no processo avaliativo nesta dimensão.

5.11 REQUISITOS LEGAIS

Ao final do Instrumento de Avaliação Institucional Externa, são apresentados os Requisitos legais, itens essencialmente regulatórios e que não fazem parte do cálculo final do conceito na avaliação da IES.

Com relação ao atendimento das diretrizes legais, o parecer da Comissão considerou a IES eficaz e eficiente, pois apresentou capacidade administrativa em alcançar metas legais estabelecidas e produzir o máximo de resultados com o

mínimo de tempo. A mesma atendeu a 100% das diretrizes legais determinadas pelo MEC/INEP.

Portanto, de acordo, com o relatado pela Comissão de Avaliação Institucional Externa, a IES apresentou, durante a visita *in loco*, todos os documentos oficiais elencados pelos critérios de análise elaborados e disponibilizados pelo instrumento de avaliação do Sinaes.

Requisitos Legais				
Estes itens são essencialmente regulatórios e, por isso, não fazem parte do cálculo do conceito da avaliação. Os avaliadores deverão fazer o registro do cumprimento ou não do dispositivo legal por parte da Instituição, para que o Ministério da Educação , de posse dessa informação, possa tomar as decisões cabíveis.				
	Requisito Legal	Critério de Análise	Sim	Não
1	Condições de acesso para portadores de necessidades especiais (Dec. 5.296/2004).	A instituição apresenta condições adequadas de acesso para portadores de necessidades especiais?		
2	Titulação do Corpo Docente Universidade e Centros Universitários: percentual mínimo de docentes com pós-graduação <i>stricto sensu</i> * (Lei 9.394/1996 – Art. 52). Faculdades: no mínimo formação em pós-graduação <i>lato sensu</i> * para todos os docentes.	Universidade e Centros Universitários: a instituição tem, no mínimo, um terço do corpo docente com titulação de mestrado e/ou doutorado? Faculdades: O corpo docente tem, no mínimo, formação em pós-graduação <i>lato sensu</i> *?		
3	Regime de Trabalho do Corpo Docente Para Universidades: um terço do corpo docente em <i>regime de tempo integral</i> * (Lei 9.394/1996 – Art. 52). Para Centros Universitários: um quinto do corpo docente em <i>regime de tempo integral</i> * (Decreto 5.786/2006 – Art. 1º).	Universidades: a instituição tem, no mínimo, um terço do corpo docente em <i>regime de tempo integral</i> *? Centros Universitários: a instituição tem, no mínimo, um quinto do corpo docente em <i>regime de tempo integral</i> *?		
4	Plano de Cargo e Carreira (IES* privadas) O Plano de Cargo e Carreira deve estar registrado e homologado por órgão competente do Ministério do Trabalho e Emprego. (Súmula 6 – TST).	O Plano de Cargo e Carreira está devidamente registrado e homologado por órgão competente do Ministério de Trabalho e Emprego?		
5	Forma Legal de Contratação de Professores (IES* privadas). As contratações dos professores devem ser mediante vínculo empregatício. (CLT, arts. 2º e 3º).	A forma legal de contratação de professores é mediante vínculo empregatício?		

Quadro 5: Requisitos Legais.

Fonte: INEP (2008).

6 CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

6.1 CONCLUSÕES

A elaboração do presente relatório teve como base o Relatório Final de Avaliação Institucional Externa da Unigranrio, apresentado pela Comissão de Especialistas após visita *in loco*, com vistas à avaliação institucional externa, estabelecida pelo INEP em cumprimento ao ciclo avaliativo do Sinaes.

Antes de responder as questões avaliativas, apresentadas no Capítulo 2, apresenta-se um parecer final, por dimensão, ponderadas no capítulo anterior.

Nas Dimensões 1, 3, 4 e 7, como analisado, houve incoerência entre o relato da Comissão de Avaliação Institucional Externa no Relatório e os critérios definidos pelo INEP no instrumento de avaliação. Embora a IES tenha obtido o conceito 2 nas Dimensões 1 e 7, os pareceres qualificavam a IES como acima do Referencial Mínimo de Qualidade, enquanto o conceito ficou abaixo deste referencial.

Nas Dimensões 3 e 4, os textos elaborados pela Comissão apontavam para o conceito 4, entretanto, a Comissão aferiu conceito 3 que reflete apenas o referencial mínimo de qualidade.

Com relação às Dimensões 2, 5 e 6, é possível verificar coerência entre os pareceres elaborados pela comissão e os critérios definidos pelo MEC/Inep para as mesmas. Entretanto, no que concerne à Dimensão 2, o conceito aferido não reflete o perfil da IES, que atende, em sua maioria, às metas previstas em seu PDI, principalmente no Ensino e na Extensão.

No que tange à pesquisa, a IES oferece um largo leque de ofertas de cursos *lato sensu* e nos Cursos de Mestrado vem mantendo o conceito 3, na avaliação da Capes, deixando de atender apenas a uma das metas estabelecidas na área da pesquisa.

Embora a Dimensão 5 tenha obtido o conceito 3, referencial mínimo de qualidade, os critérios definidos pelo MEC para esta dimensão não atendem ao perfil das instituições privadas. Os critérios estabelecidos pelo INEP para a contratação de docentes atende ao perfil das instituições públicas que, na maioria das vezes, contratam seus professores por concurso e são subsidiadas pelo orçamento da União para o desenvolvimento de pesquisa. Desta forma, conseguem atender às exigências dos critérios do INEP para esta dimensão, que contempla a contratação de professores como integrais, parciais e horistas.

Com relação à Gestão e Organização da IES, Dimensão 6, os critérios do INEP mais uma vez contemplam o modelo público de gestão, não privilegiando a diversidade das instituições privadas do país. Assim sendo, a Comissão fica restrita a um instrumento de cunho formal, cuja principal característica é a mera verificação da existência de atas que comprovem, ou não, a existência de reuniões nos mais variados níveis de colegiados. Além disso, os conceitos de autonomia e independência explicitados nos critérios demandam maior detalhamento por parte de seus elaboradores para que as Comissões tenham maior clareza no momento de elaborar seus pareceres.

Nas Dimensões 8, 9 e 10 foi possível verificar coerência entre os pareceres elaborados para cada dimensão pela Comissão e os critérios estabelecidos pelo instrumento para o referencial mínimo de qualidade, atribuídos a cada uma das dimensões.

Para responder as questões avaliativas apontadas no Capítulo 1 deste estudo, foi necessária uma análise dos resultados alcançados e apresentados no capítulo anterior, assim como uma análise documental que envolveu, entre outros, os resultados obtidos pela CPA, além dos conceitos meta-avaliativos também já discutidos neste relatório.

Os resultados apontaram indicadores significativos em todos os documentos analisados; assim sendo, foi possível responder as quatro questões meta-avaliativas norteadas pela busca da eficácia, da eficiência, da efetividade e da relevância de todo o processo de avaliação institucional externa, que, como afirmou Penna Firme (2010, não paginado):

É a avaliação da avaliação conduzida numa instituição universitária. Um processo que deve atender às necessidades de informação dos interessados, ser realística, prudente, diplomática e simples, legal e ética e que revele de forma técnica e adequada, informações sobre como o julgamento de mérito e de relevância são feitos. [...] Um processo, cujos resultados emergem como um dos maiores desafios da avaliação no século XXI.

Para a primeira questão levantada – Até que ponto o Relatório de Avaliação Institucional Externa apresentou para a IES um quadro de eficácia, gerando informações de confiabilidade? –, é possível afirmar que o relatório final apresentado

não gerou o detalhamento esperado de uma avaliação externa deste porte. Assim, não atendeu à eficácia almejada.

No questionamento sobre aspectos relativos à eficiência e à otimização da relação custo-benefício é possível afirmar que os dados apresentados na Dimensão 10, que trata da sustentabilidade financeira, atendem aos critérios do INEP. Entretanto, são vagos o suficiente para impedir toda e qualquer inferência sobre a relação custo-benefício de todo o processo e, conseqüentemente, a eficiência dos mesmos.

Com relação ao terceiro questionamento deste estudo que visa ao atendimento dos indicadores da categoria efetividade, oportunizando a utilização de suas informações na reorganização de objetivos, conforme previsto em lei, a análise detalhada dos documentos, dos pareceres disponibilizados pela Comissão, assim como dos relatórios da CPA revela que a IES atingiu o referencial mínimo de qualidade, conseguindo assim a efetividade. Entretanto, é preciso destacar que a precariedade do instrumento em muitas das dimensões avaliadas não viabilizou análises qualitativas mais fidedignas por parte da Comissão. Como exemplo, na Dimensão 3, a IES realiza ALÉM do referencial mínimo de qualidade, conforme descrito no capítulo anterior – outro destaque que ratifica a falta de efetividade relacionada à falta de flexibilidade no instrumento no que concerne aos aspectos nas políticas de ensino, pesquisa e extensão e ambiente físico.

Apesar das falhas encontradas no instrumento, pode-se afirmar que o Relatório de Avaliação Institucional Externa produziu informações relevantes para a reformulação do PDI da IES, em sua nova vigência (2010-2014), e adequação do Projeto Pedagógico Institucional (PPI), contribuindo desta maneira na retroalimentação do ciclo avaliativo do Sinaes.

Finalizando, vale destacar que a partir dos resultados alcançados e apresentados no capítulo anterior, o relatório disponibilizado pelo INEP para a IES sobre a avaliação externa desenvolvida pela Comissão de Avaliação Externa conseguiu atender, de forma majoritária, aos atributos que o *Joint Commitee* (1994 apud WORTHEN; SANDERS; FITZPATRICK, 2004) que defende como sendo fundamentais aos processos avaliativos. A avaliação externa da IES teve utilidade para a comunidade universitária, foi viável na maioria dos padrões defendidos pelo referido Comitê. O atributo da propriedade foi totalmente atingido e, com relação à

exatidão, as fragilidades do relatório e do instrumento já foram apresentadas ao longo deste estudo.

Para completar esta meta-avaliação é também possível destacar que os membros da Comissão atuaram de forma prudente, legal, diplomática e realística. Os pareceres elaborados para cada dimensão foram escritos de forma simples, sucinta, clara e objetiva, revelando, na maioria das vezes, a forma como as informações foram obtidas. Um destaque especial deve ser dado ao comportamento ético e elegante que todos os membros da equipe externa de avaliação tiveram no decorrer da visita *in loco* com toda a comunidade universitária.

6.2 RECOMENDAÇÕES

A partir dos resultados e das conclusões atingidas neste estudo, recomenda-se:

- ✓ trabalhar mais adequadamente os resultados das avaliações internas, visando à melhoria da instituição. Recomenda-se a realização de encontros entre a comunidade universitária e gestores para estabelecer um planejamento de ações, a partir dos resultados apontados;

- ✓ melhorar a participação dos discentes de forma mais efetiva no processo avaliativo;

- ✓ adequar o PDI a partir dos resultados das várias avaliações desenvolvidas na IES e das diretrizes que compõem os documentos legais do SINAES;

- ✓ criar mecanismos para desenvolver na IES uma cultura avaliativa em todos os seus segmentos.

REFERÊNCIAS

AMARAL, N. C. *Financiamento da educação superior*. Estado x mercado. São Paulo: Unimep, 2003.

BARDIN, L. *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70, 1977.

BRASIL. Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. *Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior*. instrumento de avaliação institucional externa. Brasília, DF, 2008a. Disponível em: <www.inep.gov.br>. Acesso em: 4 nov. 2009.

_____. Lei nº. 10.861, de 14 de abril de 2004. Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES. *Diário Oficial da República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, 15 abr. 2004. Seção 1.

_____. Lei nº. 11.788, de 25 de setembro de 2008. Dispõe sobre o estágio de estudantes; altera a redação do art. 428 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, [...] e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 26 set. 2008b.

_____. Medida Provisória nº. 1.018, de 8 de junho de 1995. Altera dispositivos da Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961, e dá outras providências. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, 9 jun. 1995.

_____. Ministério da Educação. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de nível superior. Portaria nº 88, de 27 de setembro de 2006. Fixa normas e procedimentos para a apresentação e avaliação de propostas de cursos de mestrado e doutorado. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 28 set. 2006a.

_____. Ministério da Educação. Portaria MEC n.º 300, de 30 de janeiro de 2006. Aprova, em extrato, o Instrumento de Avaliação Externa de Instituições de Educação Superior do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, ano 142, n. 22, 31 jan. 2006b. Seção 1, p. 5.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Ensino Superior. *Programa de Avaliação Institucional das Universidades Brasileiras (PAIUB)*. Brasília, DF, 1994. Disponível em: <<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me002072.pdf>>. Acesso em: maio 2009.

DAVOK, D. F. *Modelo de meta-avaliação de processos de avaliação da qualidade de cursos de graduação*. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2006.

GOMES, A. M. O Exame Nacional de Cursos como política de avaliação do ensino superior: origens, contrastes e sua importância para a política de regulação estatal do ensino superior. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, n. 120, nov. 2003. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cp/n120/a08n120.pdf>>. Acesso em: abr. 2010.

INEP. Diretoria de Estatísticas e Avaliação do Ensino Superior. *8106 instrumento de avaliação institucional: dados originais fornecidos pela IES*. Brasília, DF, 2009. IES: Universidade do Grande Rio Professor José de Souza Herdy.

_____. *Instrumento de Avaliação Institucional Externa*. Brasília, DF, 2008. Disponível em: <http://www.eeap.com.br/docs/instrumento_avaliacao_externa.pdf>. Acesso em: jul. 2009.

_____. *SINAES: Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior: da concepção à regulamentação*. 4. ed. ampl. Brasília, DF, 2007.

PENNA FIRME, T. *Aula inaugural da Universidade Estadual de Santa Cruz - UESC*. Ilhéus, BA, 1 mar. 2010. Disponível em: <<http://www.ilheusamado.com.br/?q=node/10629>>. Acesso em: 2 mar. 2010.

RISTOFF, D. I. Avaliação institucional e a mídia. *Avaliação*, Campinas, SP, ano 2, n.1, p. 61-64, mar. 1997.

SANDER, B. *Gestão da educação na América Latina: construção e reconstrução do conhecimento*. Campinas, SP: Autores Associados, 1995.

SANTOS FILHO, J. C. Análise teórica-política do Exame Nacional de Cursos. *Avaliação*, Campinas, SP, ano 4, v. 4, n. 3, p. 9-24, set. 1999.

SCRIVEN, M. S. The methodology of evaluation. In: TYLER, R. W.; GAGNÉ, R. M.; SCRIVEN, M. S. *Perspectives of curriculum evaluation*. Chicago: Rand McNally, 1967.

SCRIVEN, M. *Evaluation thesaurus*. 4. ed. Newbury Park, CA: Sage, 1991.

STUFFLEBEAM, D. L. *Meta-evaluation. Occasional Paper Series*, [S. l.], n. 3, Dec. 1974.

_____. *Program evaluations metaevaluation checklist: based on the Program Evaluation Standards*. 1999. Disponível em: <www.wmich.edu/evalctr/checklist>. Acesso em: 22 jan. 2010.

UNIGRANRIO. *Plano de Desenvolvimento Institucional*. Duque de Caxias, RJ, 2005.

WORTHEN, B. R.; SANDERS, J. R.; FITZPATRICK, J. L. *Avaliação de programas: concepções e práticas*. Tradução Dinah de Abreu Azevedo. São Paulo: Gente, 2004.

ANEXOS

ANEXO A - Quadro referente às últimas avaliações realizadas nos Cursos de Graduação a partir de 2002 e Previsão de avaliação, segundo o Ciclo Avaliativo - Sinaes.



Escola	Curso	Início	Avaliação MEC						Previsão
			Ano	Organização Didático Pedagógica	Corpo Docente	Instalações Físicas	Final	CPC	Ciclo Avaliativo
CTA	Engenharia de Petróleo e Gás	2007							2010*
	Engenharia de Produção	2006							2010*
	Informática (Licenciatura)	2003	2006	4	3	4	-	3	2011
	Sistemas de Informação (Duque de Caxias)	1994	2004	CMB	CB	CB	-		2011
	Sistemas de Informação (Rio de Janeiro - Lapa)								2011
	Química / Bacharelado	1987						3	2011
	Química / Licenciatura	1987						3	2011
	Sup. Tec. em Petróleo e Gás (Duque de Caxias)	2004	2006	3	4	3	3		-
	Sup. Tec. em Petróleo e Gás (Rio de Janeiro – Lapa)	2003	2006	3	4	3	3		-
	Sup. Tec. em Petróleo e Gás (Silva Jardim)	2003	2006	3	4	3	3		-
Sup. Tec. Análise e Desenvolvimento de Sistemas	1994						2	2011	
CSE	Ciências Biológicas / Licenciatura (Duque de Caxias)	1987						3	2011
	Ciências Biológicas / Bacharelado (Duque de Caxias)	1987						3	2011
	Ciências Biológicas / Licen. (Rio de Janeiro – Lapa/Barra)	2003	2006	-	-	-	CB	3	2011
	Ciências Biológicas / Bach. (Rio de Janeiro – Lapa/Barra)	2003	2006	CMB	CB	CB	CB	3	2011
	Ciências Biológicas / Licenciatura (Silva Jardim)	2003						2	-
	Ciências Biológicas / Bacharelado (Silva Jardim)	2003						2	-
	Educação Física	2001	2007	4	4	4	4	3	2010
	Enfermagem (Rio de Janeiro – Lapa)	2004	2008	4	4	3	4	3	2010

(Continuação)

(Continuação)

Escola	Curso	Início	Avaliação MEC					Previsão	
			Ano	Organização Didático Pedagógica	Corpo Docente	Instalações Físicas	Final	CPC	Ciclo Avaliativo
CSE	Enfermagem (Duque de Caxias)	1981						4	2010
	Farmácia	1985						3	2010
	Fisioterapia	1997	2007	4	4	4	4	3	2010
	Medicina (Duque de Caxias)	1997	2002	CMB	CB	CMB	-	3	2010
	Medicina (Rio de Janeiro – Barra)	2007							2010
	Medicina Veterinária	1995	2007	5	4	3	4	3	2010
	Nutrição	2003	2008	3	4	3	3	4	2010
	Odontologia	1980	2007	4	4	4	4	3	2010
	Sup. Tec. em Estética e Cosmética	2006							2008*
	Sup. Tec. em Gestão Ambiental	2005	2006	5	5	5	5		2010
	Sup. Tec. em Radiologia	2005							2008*
CSA	Administração (Duque de Caxias)	1972						3	2009
	Administração (Rio de Janeiro – Lapa)	2003	2008	4	4	4	4		2012
	Administração (Rio de Janeiro – Carioca)	2006							2009*
	Administração (São João de Meriti)	2007							2009*
	Administração (Silva Jardim)	1994						3	2009
	Administração (Magé)	2006							2009*
	Comunicação Social	2006							2009*
	Ciências Contábeis (Duque de Caxias)	1972						3	2009
	Ciências Contábeis (São João de Meriti)	2007							2009*
	Direito (Duque de Caxias)	1994	2005	CMB	CMB	CMB	-	3	2009
	Direito (Silva Jardim)	1994						2	2009
	Secretariado Executivo	1994						4	2009
	Serviço Social	2003	2008	5	4	5	5	3	2010
	Sup. Tec. em Marketing	2004	2006	5	4	4	-		-
	Sup. Tec. Gestão de Recursos Humanos	2004	2006	4	4	4	4		-
	Sup. Tec. em Logística	2006							2008*

(Continuação)

(Continuação)

Escola	Curso	Início	Avaliação MEC					Previsão	
			Ano	Organização Didático Pedagógica	Corpo Docente	Instalações Físicas	Final	CPC	Ciclo Avaliativo
CEH	Artes Visuais	2004	2006	-	-	-	CB		-
	História	2004	2006	4	4	3	-	3	2011
	Letras Português/ Literatura (Duque de Caxias)	1973	2005	CMB	CB	CB	-	3	2011
	Letras Português / Espanhol	1973	2005	CMB	CB	CB	-	3	2011
	Letras Português / Inglês (Duque de Caxias)	1973	2005	CMB	CB	CB	-	3	2011
	Matemática	1987						3	2011
	Pedagogia	1973						3	2011

* Reconhecimento
 UNIVERSIDADE UNIGRANRIO
 Setor: ADESA – 15.12.2009.

ANEXO B - Instrumento de Avaliação Institucional Externa.

QUADRO 10 DIMENSÕES E SEUS RESPECTIVOS PESOS

Dimensão e Indicadores	Quantidade de Indicadores	Pesos
1 A Missão e o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI);	2	05
1.1 Implementação do PDI, considerando as metas e as ações institucionais previstas e a estrutura e os procedimentos administrativos;		
1.2 Articulação entre o PDI e os processos de avaliação institucional (autoavaliação e avaliações externas);		
2 A Política para o ensino (graduação e pós-graduação), a pesquisa, a extensão e as respectivas normas de operacionalização, incluídos os procedimentos para estímulo à produção acadêmica, para as bolsas de pesquisa, de monitoria e demais modalidades;	7	35
2.1 Coerência das políticas de ensino, pesquisa e extensão com os documentos oficiais;		
2.2 Políticas institucionais para cursos de graduação (bacharelados, licenciaturas e de tecnologia) e cursos seqüenciais (quando for o caso), na modalidade presencial, e suas formas de operacionalização;		
2.3 Políticas institucionais para cursos de graduação (bacharelados, licenciaturas e de tecnologia) e cursos seqüenciais (quando for o caso), na modalidade a distância, e suas formas de operacionalização (indicador exclusivo para IES credenciada para a modalidade à distância);		
2.4 Políticas institucionais para cursos de pós-graduação (<i>lato sensu</i> e <i>stricto sensu</i>), na modalidade presencial, e suas formas de operacionalização (indicador imprescindível para Universidades);		
2.5 Políticas institucionais para cursos de pós-graduação (<i>lato sensu</i> e <i>stricto sensu</i>), na modalidade à distância, e suas formas de operacionalização (indicador exclusivo para IES credenciada para a modalidade à distância);		
2.6 Políticas institucionais de pesquisa e de iniciação científica e suas formas de operacionalização;		
2.7 Políticas institucionais de extensão e formas de sua operacionalização, com ênfase à formação inicial e continuada e a relevância social;		
3 A Responsabilidade social da Instituição, considerada a especialmente no que se refere à sua contribuição com relação à inclusão social, ao desenvolvimento econômico e social, à defesa do meio ambiente, da memória cultural, da produção artística e do patrimônio cultural;	4	05
3.1 Coerência das ações de responsabilidade social com as políticas constantes dos documentos oficiais;		
3.2 Relações da IES com a sociedade: setor público, setor privado e mercado de trabalho;		
3.3 Relações da IES com a sociedade: inclusão social;		
3.4 Relações da IES com a sociedade: defesa do meio ambiente, da memória cultural, da produção artística e do patrimônio cultural;		
4 A Comunicação com a sociedade;	3	05
4.1 Coerência das ações de comunicação com a sociedade, com as políticas constantes dos documentos oficiais;		
4.2 Comunicação interna e externa;		
4.3 Ouvidoria;		

(Continuação)

(Continuação)

Dimensão e Indicadores		Quantidade de Indicadores	Pesos
5	As Políticas de pessoal, de carreiras do corpo docente e corpo técnico-administrativo, seu aperfeiçoamento, seu desenvolvimento profissional e suas condições de trabalho;	6	20
5.1	Coerência das políticas de pessoal, de carreiras do corpo docente e corpo técnico-administrativo, seu aperfeiçoamento, seu desenvolvimento profissional e suas condições de trabalho com as políticas firmadas em documentos oficiais;		
5.2	Formação do corpo docente;		
5.3	Condições institucionais para os docentes;		
5.4	Condições institucionais para o corpo técnico administrativo;		
5.5	Formação do corpo de tutores presenciais e suas condições institucionais (indicador exclusivo para IES credenciada para modalidade à distância – EAD);		
5.6	Formação do corpo de tutores a distância e suas condições institucionais (indicador exclusivo para IES credenciada para modalidade a distância – EAD);		
6	Organização e gestão da instituição, especialmente o funcionamento e representatividade dos colegiados, sua independência e autonomia na relação com a mantenedora, e a participação dos segmentos da comunidade universitária nos processos decisórios;	4	05
6.1	Coerência da organização e gestão da instituição com as políticas firmadas em documentos oficiais;		
6.2	Gestão institucional (considerar as especificidades da gestão de cursos a distância, quando for o caso);		
6.3	Funcionamento, representação e autonomia dos Conselhos Superiores;		
6.4	Funcionamento, representação e autonomia dos Colegiados de Curso;		
7	Infraestrutura física, especialmente a de ensino e de pesquisa, biblioteca, recursos de informação e comunicação;	5	10
7.1	Coerência da infraestrutura física, especialmente a de ensino e de pesquisa, biblioteca, recursos de informação e comunicação com o estabelecido em documentos oficiais;		
7.2	Instalações gerais;		
7.3	Instalações gerais nos pólos para educação à distância (indicador exclusivo para IES credenciada para modalidade à distância – EAD);		
7.4	Biblioteca: acervo, serviços e espaço físico;		
7.5	Bibliotecas dos pólos para educação à distância: acervo, serviços e espaço físico (indicador exclusivo para IES credenciada para modalidade à distância – EAD);		
8	Planejamento e avaliação, especialmente em relação aos processos, resultados e eficácia da auto-avaliação institucional;	3	05
8.1	Coerência do planejamento e da avaliação, especialmente em relação aos processos, resultados e eficácia da autoavaliação institucional com o estabelecido em documentos oficiais;		
8.2	Autoavaliação institucional;		
8.3	Planejamento e ações acadêmico-administrativas a partir dos resultados das avaliações		
9	Políticas de atendimento aos discentes;	4	05
9.1	Coerência das políticas de atendimento aos discentes com o estabelecido em documentos oficiais;		
9.2	Programas de apoio ao desenvolvimento acadêmico dos discentes referentes à realização de eventos;		
9.3	Condições institucionais de atendimento ao discente;		
9.4	Acompanhamento de egressos e criação de oportunidades de formação continuada;		

(Continuação)

Dimensão e Indicadores		Quantidade de Indicadores	Pesos
10	Sustentabilidade financeira, tendo em vista o significado social da continuidade dos compromissos na oferta da educação superior;	3	05
10.1	Coerência da sustentabilidade financeira apresentada pela IES com o estabelecido em documentos oficiais;		
10.2	Sustentabilidade financeira da Instituição e políticas de captação e alocação de recursos;		
10.3	Políticas direcionadas à aplicação de recursos para programas de ensino, pesquisa e extensão;		

Fonte: INEP (2008).